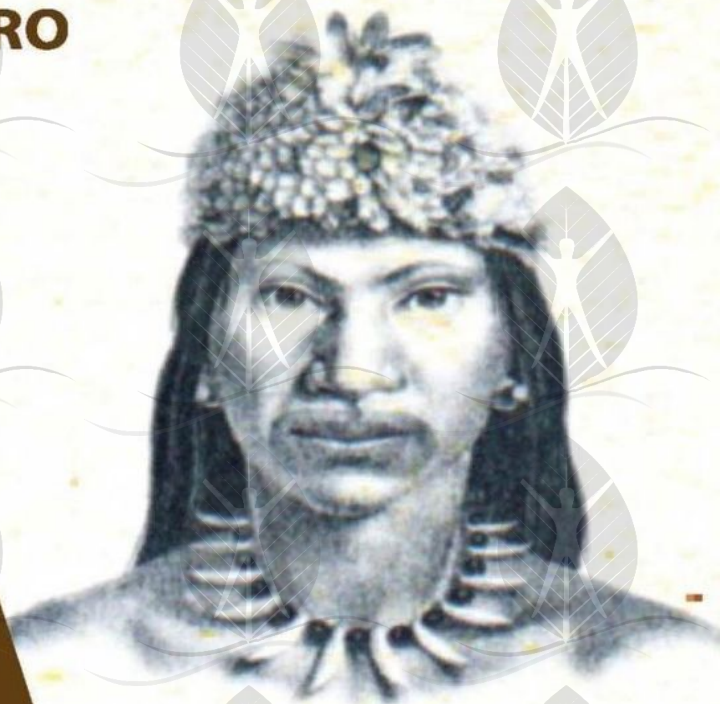


ALCINEI PIMENTEL CARNEIRO

MEMÓRIAS DO
MUNICÍPIO DE

MAJÓES



CULTURA



Edições
Governo do Estado



Memórias do município
de Maués



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR DO AMAZONAS
Omar Aziz

VICE-GOVERNADOR DO AMAZONAS
José Melo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
Robério Braga

SECRETARIA-EXECUTIVA
Elizabeth Cantanhede
Mimosa Paiva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LITERATURA
Antônio Ausier Ramos

CULTURA
Secretaria de Estado

Av. Sete de Setembro, 1546
69005-141 – Manaus-AM-Brasil
Tels.: (92) 3633-2850 / 3633-3041 / 3633-1357
Fax.: (92) 3233-9973
E-mail: cultura@culturaamazonas.am.gov.br
www.culturaamazonas.am.gov.br

Alcinei Pimentel Carneiro

Memórias do município de Maués

CULTURA



Edições
Governo do Estado

Copyright © Secretaria de Estado de Cultura, 2012

Coordenação Editorial
ANTÔNIO AUSIER RAMOS

Capa
ROBERTO LIMA

Projeto Gráfico e Diagramação
GRÁFICA ZILÓ LTDA

Revisão
SERGIO LUIZ PEREIRA

Normalização
EDIANA PALMA

Catálogo da Fonte

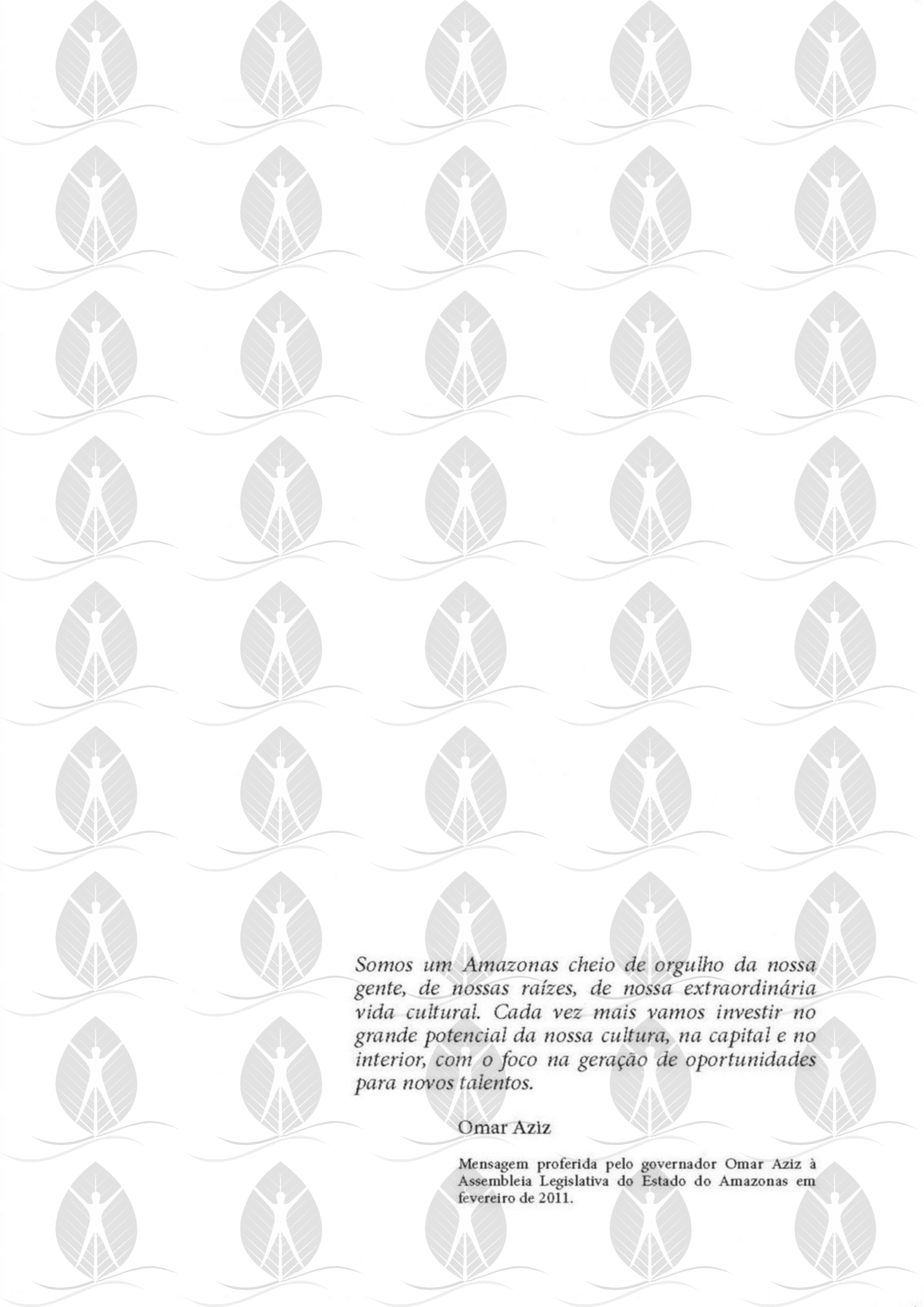
C289m Carneiro, Alcinei Pimentel.

Memórias do município de Maués / Alcinei Pimentel Carneiro.
– Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de
Estado de Cultura, 2012.
94p. : il. ; 14x21cm.
Inclui Cronologia histórica.

ISBN 978-85-65409-11-7.

1. História – Maués. 2. Cultura – Amazonas. I. Título.

CDD 981.13
CDU 94(811.3):316.722



Somos um Amazonas cheio de orgulho da nossa gente, de nossas raízes, de nossa extraordinária vida cultural. Cada vez mais vamos investir no grande potencial da nossa cultura, na capital e no interior, com o foco na geração de oportunidades para novos talentos.

Omar Aziz

Mensagem proferida pelo governador Omar Aziz à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas em fevereiro de 2011.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Dados Estatísticos do Município de Maués	11
Mapa do Município de Maués	13
Introdução	15
Chegada dos Jesuítas e a Fundação de Maguases	17
A Decadência de Maguases	19
A Recolonização da Região com a Fundação de Luséa	20
Criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição	21
A Missão de Maués	24
A Revolta dos Índios Mawés de 1832	26
A criação do município	26
O município na Cabanagem	28
O município na Província do Amazonas	30
Maués e a República	33
O século 20 em resumo	37
Bairro Ramalho Júnior	43
Bairro da Maresia	46
Bairro Coronel Negreiros	
Bairro Mirante do Éden	49
Bairro Mário Fonseca	51
Bairro Santa Tereza	52
Bairro Donga Michiles	53
O Novo Bairro	54
Intendentes e prefeitos municipais de Maués	54
Símbolos municipais	58
Hino do município de Maués	59



A Festa do Guaraná de Maués

60



História do Guaraná de Maués – Mito do Guaraná dos Índios
Mawés

67

A história do guaraná



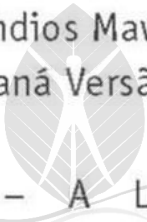


70

O mito do guaraná dos índios Mawés

70

A Lenda Poética do Guaraná Versão Cereçaporanga

71



A Estória do Guaraná – A Lenda Poética

Cereçaporanga de Homero

73

Poema “O guaraná”

73

Anselmo Encantado

74



Colaboradores

83



Cronologia histórica

85

Referências básicas

89



Complementar

91

Planta da Cidade de Maués – 2004

92

Apresentação

A história dos municípios do Amazonas tem mestres: Anísio Jobim e Octaviano Melo. Maués, terra da mundurucânia, inaugurada há muitos anos como a missão de Maguases, em particular, tem poeta – e grande poeta – que foi Homero de Miranda Leão, e novo historiador, que é Rafael Faraco.

Em meio a esta selva de florestas e águas, Alcinei Pimentel Carneiro nos oferece “Memórias do município de Maués” lançado pelas edições Governo do Estado por meio da Secretaria de Cultura com o PROARTE, programa que se consolida, ano a ano, para o incentivo às mais diversas manifestações artísticas, inclusive do pensamento.

É livro para consulta rápida. Não é um tratado da história do povo da terra do guaraná e suas lendas famosas. Vai servir aos estudantes para os quais foi elaborado com sentido pedagógico pelo autor que é professor, e faz um apanhado em resumo desde a missão da qual se originou o município e a cidade, aos dias atuais, com a ilustração das lendas que são encenadas todos os anos na festa do guaraná.

A chegada dos jesuítas, a decadência do lugar, a missão religiosa, a revolta dos índios, a cabanagem, a implantação da república e o século 20, a cronologia da história política, os símbolos oficiais do município, de um tudo um pouco, para servir ao estudante nas pesquisas que podem estimular trabalho mais aprofundado e consistente. Para o propósito a que se destina esta é uma contribuição especial, toda ela realizada com os recursos existentes no próprio município, distante das facilidades que Manaus já oferece, e ainda mais apartado dos grandes centros de documentação da memória amazônica, basicamente na capital amazonense, Belém, Rio de Janeiro e Lisboa, pelo menos.

Trata-se de um trabalho ilustrado, em linguagem acessível ao estudante, que serve aos professores e que deve ser estímulo a que, em outros municípios, pesquisadores e mestres se unam para reescrever e atualizar a história de cada um. O governo estará atento para dar a público. Neste particular há muito a ser feito, porque os estudos de história dos municípios reclamam sistematização e recuperação das memórias que nos foram legadas há tempos.

Robério Braga

Dados Estatísticos do Município de Maués

Rio Principal: Maués-Açu

Área Territorial: 39.675 km²

População: 42.000 habitantes aproximadamente

39.978 habitantes segundo o Censo IBGE 2000

Zona Urbana: 22.000 habitantes. IBGE 2000 – 21.124

Zona Rural: 20.000 habitantes. IBGE 2000 – 18.854

Limites: Ao Norte: com os municípios de Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Itacoatiara

Ao Sul: com o município de Apuí

A Leste: com o Estado do Pará

A Oeste: com os municípios de Borba e Nova Olinda do Norte

Altitude: 18 metros acima do nível do mar

Acidentes Geográficos: O território do município é acidentado pelos rios Maués-Açu, Parauari, Urupadi, Maués-Miri, Apocuitaua, Abacaxis e Paraconi

Distância da Capital: 267 km em linha reta e 356 km via fluvial

Tempo de viagem via aérea: de 45 minutos a 1 hora

Tempo de viagem via fluvial: 20 horas

Extensão da Área Urbana: 17 km² de perímetro urbano, sobre a planície do baixo Maués-Açu

Eventos Culturais: Festa do Guaraná, em novembro (evento principal)

Festival de Verão, em setembro

Carnaval Popular, em fevereiro ou março

Aniversário do Município, dia 25 de junho

Eventos Religiosos: Festa do Divino Espírito Santo (maio), Festa de São Pedro Apóstolo (junho), Festa de Cristo Bom Pastor, Festa de São Francisco de Assis (outubro), Festa de Nossa Senhora da Conceição (Padroeira) e Festa de Santa Luzia (dezembro)

Bairros: 8 (Centro, Ramalho Júnior, Maresia, Mirante do Éden, Santa Luzia, Santa Tereza, Donga Michiles e Mário Fonseca)

Situação Eclesiástica: Paróquia criada em 1798, compõe a Diocese de Parintins desde 1955

Comunidades Rurais: 170

Aldeias Indígenas da Reserva do Marau: 34 aldeias Sateré-Mawés (segundo Indaspi, 2003)

Escolas da Zona Urbana: 19 (10 municipais e 9 estaduais)

Escolas Rurais: 153 (dados da Semed – Maués – 2002)

Centros de Saúde: 5 (P. S. Ramalho Júnior, P. S. Santa Luzia, P. S. Mário Fonseca, P. S. Dr. Jorge Brito e P. S. do Mirante do Éden)

Hospitais: 2 (1 em funcionamento – Unidade Mista de Maués/Hospital da Susan, e outro em fase de construção – convênio do Governo do Estado)

Centros de Ensino Superior: 1 (Campus da Universidade do Estado do Amazonas)

Estações de Rádio: 3 (Guaranópolis AM 1.170 KHZ, Independência AM 990 KHZ e A Crítica FM 97.9 MHZ)

Receptoras de TV: 4 (TV Amazonas-Globo-Canal 4; TV A Crítica-SBT-Canal 2; TV Mundurucânia-Rede Vida-Canal 5 e RBN-Rede TV-Canal 13)

Agências Bancárias: 3 (Banco do Brasil, Basa e Bradesco)

Casas Lotéricas: 1 (Casa Lotérica Rio Maués)

Telecomunicações: Central Telefônica Convencional – 1 Telemar
Centrais de Telefonia Celular – 3 (Vivo, Amazônia Celular e TIM)

Fornecimento de Energia: 1 Usina Termelétrica das Centrais Elétricas do Amazonas (Ceam), com capacidade de produção de 3.500 KLWTs.

Fornecimento de Água: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués (Saae), com 9 Poços Artesianos, 2 Reservatórios e 1 Laboratório de Análise da Qualidade da Água

Justiça: Comarca criada em 5 de outubro de 1895, por Lei Estadual n.º 133. Dispõe de 2 Cartórios, 2 juízes e promotores designados de acordo com a Lei Jurídica do Estado do Amazonas

Justiça Eleitoral: 5.ª Zona Eleitoral do Estado do Amazonas, dispõe de 1 Cartório Eleitoral, com 24.305 eleitores (TRE – 2004)

Zona Urbana: 19.604 eleitores

Zona Rural: 4.701 eleitores

Principal Cultura Agrícola de Exportação: Guaraná, com produção de 100 a 300 toneladas anuais

MAPA DO MUNICÍPIO DE MAUÉS



Introdução

Com um invejável patrimônio natural e cultural, o município de Maués, um dos mais prósperos do Estado do Amazonas, firmou-se na História regional por conta da descoberta do cultivo do guaraná, cultura dos índios Mawés. A obra *Memória do município de Maués* foi reelaborada para atender às necessidades dos estudantes, professores e profissionais, amantes da História de Maués.

Memória do município de Maués é um pequeno esboço retirado da pesquisa feita pelo professor Alcinei Pimentel Carneiro, que se prolongou de 1994 a 2004. Aborda os principais acontecimentos ocorridos em Maués entre os séculos 17 ao 20, como a Chegada dos Jesuítas e a Fundação de Maguases, a Decadência da Missão, a Fundação de Luséa, a Criação da Paróquia e do Município, bem como: Maués e a República, A Criação da Festa do Guaraná, Os Acontecimentos de 5 de Outubro de 2000, enfim, uma síntese dos fatos que marcaram época na Terra do Guaraná.

Estávamos também vivamente impressionados com essa Trajetória Histórica de Maués, no entanto decidimos delimitar o assunto, para justamente atender de imediato às necessidades de conhecimento nessa área, principalmente da classe estudantil, que pouco conhece da história do município de Maués.

Foi essa paixão militante que nos fez reelaborar novamente esta obra que você tem agora em mãos. Mas se poderá verificar facilmente, é uma obra antes de tudo “científica”, em diversos pontos inovadora, trazendo fontes inéditas para o conhecimento do público especializado no assunto, sobretudo nos capítulos: III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, XI, XIV e XV.

Estamos convencidos dos limites do nosso trabalho, o texto está aí para ser aperfeiçoado e superado. Agradecemos aos colaboradores que, sem remuneração, fizeram este importante esforço de pesquisa e redação a serviço do conhecimento dos munícipes e de toda a sociedade amazonense.

Alcinei Pimentel Carneiro
Maria de Jesus Ferreira

Chegada dos Jesuítas e a Fundação de Maguases

A chegada dos missionários e jesuítas na região amazônica iniciou no século 16, podendo ser dividida em três fases: a primeira e conceituada pelas tentativas de implantação de um sistema de missões no Estado do Maranhão e na Amazônia. A segunda foi marcada pela influência política e ideológica do pe. Antônio Vieira. E finalmente a terceira, “bem mais longa e tranquila, ocorre entre a volta ao Maranhão e o processo final de expulsão dos missionários em 1759” (Hoornaert, 1993, p. 68).

Na viagem de regresso, em 1640, a Quito, do capitão-mor Pedro Teixeira, vieram os jesuítas espanhóis Cristobal de Acuña e André Artieda. Ao passar pela região de Tupinambarana (incluída na área geopolítica da Mundurucânia), Acuña faz um importante registro sobre a existência dos valentes Tupinambás na referida Ilha.

“A Ilha Tupinambarana estava povoada pelos valentes Tupinambás”... (Acuña, 1641, cf. *História. Geografia*, Freire, 2000).

Entre os Tupis que viviam na Ilha e nos tributários do rio Amazonas, como o Maués-Açu e outros, havia grupos étnicos autônomos, entre os quais os Mawés, Mundurucus, Parintintin, Sapopés, Muras e outros que viviam em estado de natureza.

No entanto, o grande sonho português era ampliar pela parte do norte as fronteiras da América Portuguesa, “e os principais instrumentos desse expansionismo seriam os missionários, sendo a ocupação real através da fundação de missões” (Hoornaert, 1993, p. 140).

Consequentemente, com essa expansão, foi possível a fundação de 6 aldeias missionárias na região da Mundurucânia, como: Maguases (Maués), Tupinambarana, Andirazes, Curiatós, Abacaxis e Irurires. Segundo Serafim Leite, “os jesuítas Manuel Pires e Manuel Souza foram os primeiros a ocupar nossa região em 1660” (Cerqua, 1980, p. 21).

A missão de Maguases (atual Maués) foi estabelecida na foz do rio Magués, aldeia de índios Maragueses, etimologicamente os atuais Mawés. Conforme relato do pe. João Andena, “os jesuítas construíram uma capela de palha na beira do rio, onde atualmente está construída a agência do Banco Bradesco, na avenida Dr. Pereira Barreto”.

Mas o referido núcleo missionário jesuíta não era residência missionária permanente, “os padres residiam mais nas missões de Tupinambarana e Abacaxis, visitando Maguases algumas vezes” (Cerqua, 1980, p. 210).

Mesmo assim, Maguases progrediu. No ano de 1669, o frei João Felipe Bettendorf (provincial dos jesuítas para a região amazônica) relata a existência das seis aldeias missionárias na Mundurucânia, referindo-se a Maués como “Vila dos Maguases”, S. Leite III. S. 384 (Cerqua, 1980, p. 209).

Bettendorf, ao visitar Maguases no rio Magués (rio Maués), relata em sua crônica a existência do cultivo do guaraná (*Paulinia sorbilis*), feito pelos índios da nação Mawés, também chamados de Andirazes.

“Tem os Andirazes em seus matos uma fructinha que chamam Guaraná, a qual secam e depois pisam, fazendo delas umas bolas, que estimam com os brancos o seu ouro” (Pereira, 1954, p. 30).

Dessa forma o guaraná, após esse registro do frei João Felipe Bettendorf, tornou-se conhecido na Europa. Sua origem está intimamente ligada à mitologia Sateré-Mawé, que segundo a tribo, o guaraná (*waraná-cecé* em língua mawé) é o filho de Onhiamuaçabê, deusa e conservadora do Noçokem – sítio encantado onde existem as plantas medicinais úteis para os Mawés.

A Decadência de Maguases

O desenvolvimento das missões jesuítas na Amazônia, na metade do século 18, não agradou Pombal, que, com a ascensão ao trono de D. José I, assumiu o cargo de ministro. O rei não tinha capacidade para governar, pois era um homem fraco e sem personalidade.

Em 1752, Mendonça Furtado “informava que os jesuítas, arrogantes, recusavam os índios para o serviço real. Interferiam diretamente na execução da justiça e, mais de uma vez, opuseram-se ao próprio uso das forças militares, enviadas para forçá-los a obedecer a lei” (Hoornaert, 1993, p. 90).

A gota d’água desse conflito entre os jesuítas e o marquês de Pombal (Sebastião de Carvalho e Melo) foi a acusação de Mendonça Furtado que afirmou que “os missionários estavam mancomunados com seus confrades espanhóis para impedirem o projeto do rei de Portugal” (Hoornaert, 1993, p. 206).

No dia 3 de março de 1755, é criada a Capitania de São José do Rio Negro, em homenagem ao rei José I, cuja sede foi instalada na missão de Mariuá, que Mendonça Furtado denominou-a de Barcelos, que foi a primeira capital do Estado do Amazonas. Nesse ano, Pombal retira das mãos dos jesuítas a administração temporal dos aldeamentos da Amazônia.

O quadro foi piorando constantemente. Problemas internos e outros fatores determinaram a emergência da política indigenista pombalina, com seu resultado mais notório, que foi a expulsão definitiva dos jesuítas da Amazônia, do Brasil e de todas as colônias pertencentes aos portugueses.

“A interdição dos missionários jesuítas e o sequestro de seus bens foram determinados pela Lei Régia de 3 de setembro de 1759” (Hoornaert, 1993, p. 216). Com a expulsão dos jesuítas, o desenvolvimento das missões, como Maguases e outras, entra em total decadência, resultando na extinção de praticamente todos os aldeamentos missionários da Amazônia.

A Recolonização da Região com a Fundação de Luséa

O expansionismo português tinha como principal suporte ideológico o cristianismo missionário, e a Igreja seria o instrumento propício do projeto colonizador.

Em 1796, o governador da Amazônia, D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos, ordena os capitães ligeiros José Rodrigues Porto e Luiz Pereira da Cruz a regressarem a Mundurucânia, para restaurar a antiga missão de Maguases. Todavia, só restaram dessas duas missões dois pobres povoados semidesertos. “Para repovoá-los foram capturados à força Abacaxis e Mawés, que viviam nos arredores em estado de natureza, além de um certo número de Toras e Mundurucus apresados entre o Madeira e o Tapajós”.

Rodrigues Porto e Pereira da Cruz, segundo informa Reis, “juntaram duzentos e quarenta e três famílias de Mawés e Mundurucus, fundando a povoação de Luséa na margem direita do rio Maués” (1934, p. 124). Ficando na direção espiritual do povoado o carmelita frei José Álvares das Chagas.

Esse carmelita foi quem difundiu por definitivo o cristianismo na Mundurucânia. Ele ficou encarregado de catequizar a vasta região do Tapajó e da Madeira. “Era o verdadeiro tipo de missionário católico, o amigo dedicado dos índios que também lhe votavam essa afeição sincera, profunda e dedicada dos filhos da selva... o verdadeiro Las Casas e Anchieta da Mundurucânia” (Reis, 1934, p. 125).

A povoação de Luséa, estabelecida a dois mil metros acima da foz do rio Maués-Açu, cujo nome é proveniente da junção dos nomes de seus fundadores: Lu, de Luiz, e Sé, de José, acrescido da vogal a, formando a palavra “Luséa”, foi chamada pelos jesuítas de Maguases e depois Uacituba pelos índios Mawés, que significa terra grande, terra fértil. Ficando a denominação oficial com o nome de Povoação de Nossa Senhora da Conceição de Luséa.

Criação da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

O expansionismo colonizador português tinha como suporte ideológico o cristianismo missionário. A região entre o Tapajós e o Madeira, denominada de Mundurucânia, era muito povoada por diversas etnias indígenas e seria necessário intensificar a catequese para agrupar os silvícolas nas povoações recém-fundadas como: Luséa, Canumã e Vila Nova da Rainha.

No ano de 1798, diante da necessidade de fortalecer a presença da Igreja na região, o sétimo bispo do Grão-Pará, D. Manuel de Almeida Carvalho, “cria a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Maués do Amazonas” (Ramos, 1985, p. 45).

A pequena capela de palha e barro, construída por frei José Álvares da Chagas, elevou-se à condição de matriz paroquial de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, cuja imagem de madeira trazida por ele, em 1798, até hoje é conservada na atual matriz de Maués. Essa imagem é prova da presença carmelita em nossa região no final do século 18.



Imagem de Nossa Senhora de Conceição, trazida em 1798 pelos carmelitas, venerada na Igreja Matriz de Maués-AM

O frei José Álvares, da Ordem dos Carmelitas, ficou encarregado como vigário interino da nova paróquia, a primeira circunscrição

eclesiástica da Mundurucânia. Além de paróquiar Maués, ele assistenciava as povoações de Canumã e Vila Nova da Rainha, o que era muito difícil para um só padre catequizar.

Em razão disso, D. Manuel de Almeida, bispo do Pará, cria uma outra paróquia, “a de Nossa Senhora do Carmo de Canumã” (Ramos, 1985, p. 46), ficando a paróquia aos cuidados de outro carmelita, frei Joaquim Anvers da Corte Real.

Os primeiros vigários da paróquia de 1798 até 1853 foram:

NOME	ANO
1.º – Frei José Álvares das Chagas (carmelita)	1798-1805
2.º – Pe. João Pedro Pacheco (clero secular, Belém)	1806-1832
3.º – Frei Joaquim de Santa Luzia (carmelita)	1833-1841
4.º – Pe. Antônio Sanches de Brito (clero secular, Belém)	1842-1843
5.º – Pe. Manuel Ferreira Barreto (clero secular, Belém)	1844-1847
6.º – Pe. Domingos Pires Cardoso (clero secular, Belém)	1847 (alguns meses)
7.º – Frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva (carmelita)	1848-1853

O sétimo vigário de Maués, ao ver que servia de matriz paroquial uma casa baixa e coberta de palha, “constrói uma nova matriz paroquial, digna de culto da excelsa padroeira, a Senhora da Conceição, em 1853. Inaugurando-a em 15 de junho do mesmo ano” (Ramos, 1985, p. 66).

“Foi incansável frei Joaquim na realização de seu projeto; não contente em dirigir os trabalhos da Villa (de Maués), percorria as matas à procura de madeira e muitas vezes carregou-a em seus ombros” (Souza, 1873, p. 205-206).

Mas infelizmente essa igreja, erguida três anos após a criação da Província do Amazonas, seria demolida impiedosamente no início de 1976, para a construção da nova matriz de Maués, de forma arredondada.



Igreja da Matriz de N. S. da Conceição, em Maués, construída entre 1976-1977

A Missão de Maués

A Carta Régia de 12 de maio de 1798 anulava o diretório indígena criado por Pombal; autorizava aos governantes da Amazônia a promoverem a civilização das povoações nativas. D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, servindo-se da lei, aprovou “a criação da missão de Maués em 1803” (Baena, 1969, p. 257).

Luséa, agora missão de Maués, com esse incentivo foi prosperando, porém em função de conflitos comerciais entre o capitão José Rodrigues Porto, de Maués, e Pedro de Cordovil, de Vila Nova da Rainha, o vigário da missão, pe. João Pedro Pacheco, teve de intervir no conflito em nome das autoridades de Belém.

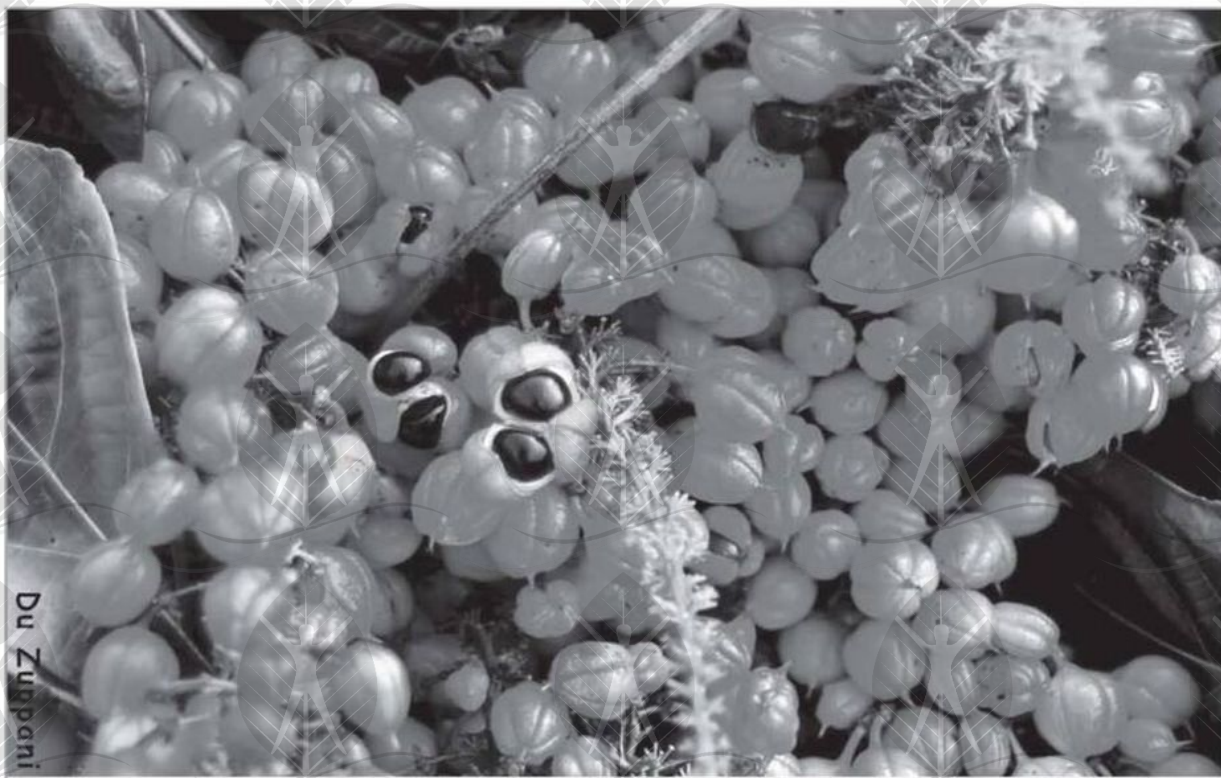
O atrito comercial se prolongou até os finais de abril de 1807, conforme Cerqua (1980, p. 212), “numa correspondência enviada em 5 de maio, da capital Barcelos, determina a suspensão ou retirada temporária de José Rodrigues Porto, da missão de Maués, para o lugar da Barra, hoje Manaus”. Resolve por definitivo o problema criado pelos respectivos fundadores.

Em 29 de março de 1808, a sede da Capitania do Rio Negro é transferida definitivamente da Vila de Barcelos no alto rio Negro para o Lugar da Barra, a 18 quilômetros acima da foz do rio Negro. “A situação da antiga capital Barcelos não é melhor... ficou sendo esta vila objeto de ódio, e como terra amaldiçoada e interdita ao sucessor Vitório da Costa, sendo ela vítima inocente” (Hoornart, 1993, p. 250).

No ano de 1816, mandou esse governador a um dos genros, Francisco Zane, italiano de nação, demolir todos os edifícios reais da vila, exceto o Palacete, a Provedoria e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, para que, com isso, Barcelos não apresentasse infraestrutura para sediar novamente a capital, sendo ela o berço pátrio da nação “Manãos”. Manaus, na época Lugar da Barra, a partir dessa data, passava a ser capital do Amazonas.

Nesse período, 1819, o comércio de sementes de guaraná na região da missão de Maués é intenso. Mercadores cuiabanos e bolivianos, ao descerem pelo Madeira, ao levarem seus gêneros para as localidades de Serpa (atual Itacoatiara) e Vila Bela da Imperatriz (Parintins), “antes de regressarem vão a Maués, donde levam mil arrobas de guaraná [...] que vão vender nos departamentos de Beni, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba, na Bolívia, e nas povoações do Guaporé e seus afluentes” (Cunha, 1992, p. 296).

Com o crescimento desse comércio, Maués prospera satisfatoriamente, mas ainda era uma simples missão dependente da Vila de Silves.



Guaraná – produto cultivado pelos Mawés desde os primórdios. É atualmente a base da economia do município de Maués

A Revolta dos Índios Mawés de 1832

Em 1832, em Maués, registrou-se o primeiro movimento de rebeldia da região. Nesse período, a comarca do Rio Negro agita-se contra o domínio paraense, declarando-se província do Império. Era uma demonstração cívica justa pelo velho ideal de autonomia política.

O tuxaua mawé Manoel Marques, diante das sugestões portuguesas de que planejava a escravidão da tribo, deu grito de guerra apoderando-se da missão. “Elementos brancos e inclusive trinta soldados do destacamento militar da localidade foram assassinados pelos índios... Após concluída a chacina, o próprio tuxaua Manoel Marques deu pessoalmente ciência dos fatos ao ouvidor da comarca, no Lugar da Barra” (Reis, 1934, p. 126).

Pouco depois, com a expedição militar vinda do Pará, o Rio Negro regressava à subalternidade. “Um destacamento, de ordem do comandante Cunha Bahiana, veio a Maués, restabelecendo a ordem”.

Após a restauração da ordem, “o carmelita Joaquim de Santa Luzia, vigário da missão, é acusado injustamente de ter incentivado os índios à matança” (Souza, 1873, p. 269).

A criação do município

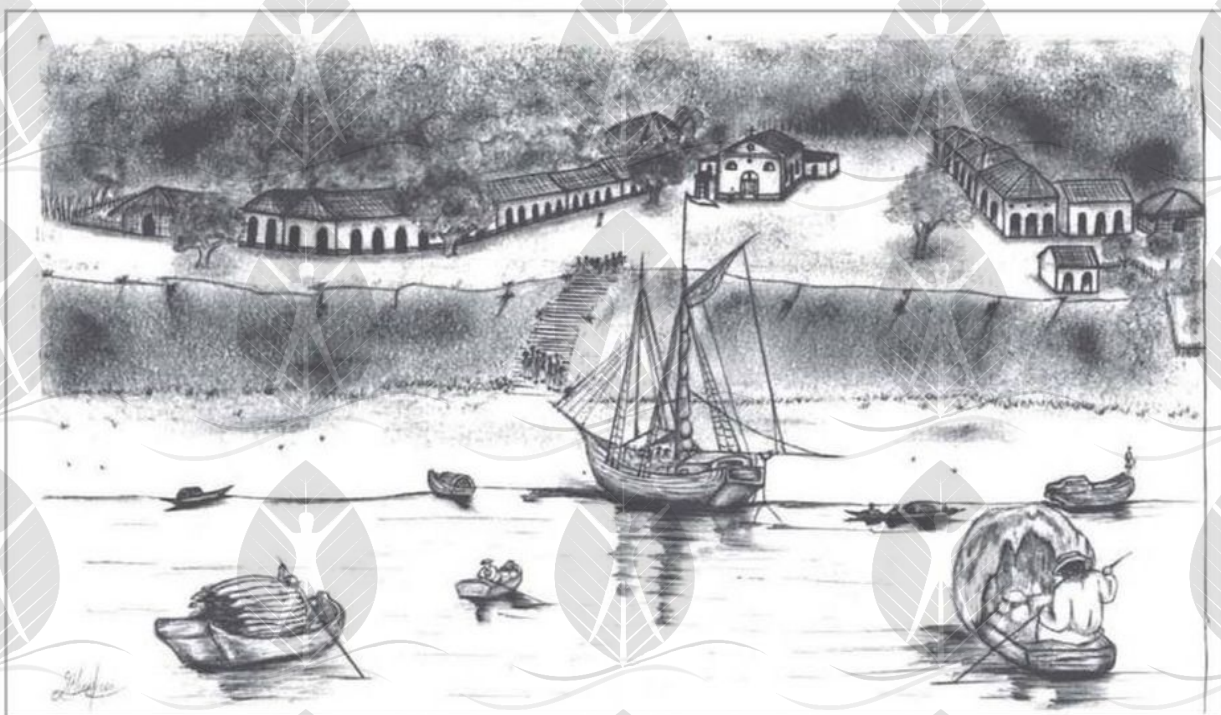
A missão de Maués, nesse tempo, já apresentava um aspecto de prosperidade em virtude da comercialização do guaraná feita pelos índios e civilizados. Baena dava-lhe, em 1833, uma população com os seguintes números:

Branco: 118
Mamelucos: 138
Índios: 1.242
Mestiços: 46
Escravos livres: 63
Total: 1.607 habitantes.

Constituíam-se como o mais considerável e populoso estabelecimento urbano da Mundurucânia. Sobrepunha outras vilas da comarca. Baena ainda informa que o setor primário local era bem desenvolvido, com: 12.900 pés de café, 2.300 de cacau, 24.500 de tabaco, 58.900 de algodão.

O dízimo rendia, anualmente, 130 arrobas de tabaco, 130 de peixe, 300 de café e 180 alqueires de farinha de mandioca.

Com o procedimento da divisão da nova comarca do Alto Amazonas, em maio de 1833, em vilas e termos, a missão de Maués, pela situação invejável que apresentava, foi agraciada com o título de vila e município.



Gravura da cidade de Maués em 1854, antiga vila Luséa. Gravura de Miely Negreiros, pesquisa e reconstituição de Alcinei Pimentel, 2003

Nesse tempo havia no Pará três comarcas: Rio Negro, Marajó e Belém. Com a promulgação do decreto, é extinta a comarca do Marajó, criando a do Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Valendo-se da autorização do código do processo, o governo da Província paraense de 1833, que decretava os seguintes artigos, no que diz respeito ao Amazonas e principalmente a Maués:

“Artigo 4.º: A comarca do Alto Amazonas compreenderá os termos das vilas de Manáos, Luséa, Tefé e Mariuá...”

Artigo 28: A missão de Maués fica erecta em villa com a denominação de Luséa (suprimindo o titulo de missão), compreendendo, em seu termo, a mesma villa, a de Borba (suprimindo o predicamento de villa e a denominação de Borba, que deve ser substituída pela de Araretama) e as freguesias de villa Nova da Rainha, que perde essa denominação,

ficando com a de Tupinambarana, e Canumã (suprimindo em ambas o título de missão), e tendo por limites o Parintins (a serra) e o Madeira inclusive.

Secretaria do Governo da Província, 25 de junho de 1833 – José Antônio da Fonseca Lessa, secretário do governo (Pessoa, 2001, p. 254).

Como se agitava Maués, Luséa, que agora dominava Borba, a mais antiga vila do Amazonas, bem como toda a Mundurucânia, onde estão incluídas as freguesias de Tupinambarana (Parintins), Canumã e Massauari, que ficaram subordinadas à nova vila.

Pelas leis em vigor, os moradores deviam reunir-se em eleição para constituir a Câmara Municipal. Quando ocorreu a primeira reunião e quando foi instalada a vila, ninguém sabe. “O arquivo da Câmara perdeu-se totalmente. Mas ficou um documento, recolhido pela Câmara de Manáos, onde temos em original a divisão districtal do município, comunicada em ofício ao antigo Lugar da Barra” (Reis, 1934, p. 128).

Provavelmente, com a revolta da Cabanagem, em 1835, os cabanos, ao invadirem a vila de Luséa, dominam o município e posteriormente apoderando-se da Câmara Municipal, destruíram todo o arquivo.

No ano de 1834 é instituída a festividade em honra ao Divino Espírito Santo, provavelmente pelo frei Joaquim de Santa Luzia (3.º vigário de Maués). E setenta anos depois, em 1903, é instituída a “Folia do Divino Espírito Santo”, primeira irmandade religiosa da paróquia de Maués.

O município na Cabanagem

A Cabanagem foi o movimento da tentativa de emergência da massa cabocla, negros e índios, que procuravam escapar dos cruéis moldes da sociedade colonial, onde vivia a maioria da população das vilas e povoados da grande Província do Grão-Pará.

Em 1835, os cabanos, armados com arcos, flechas, facões e clavas de madeira, invadem a cidade de Belém, capital da Província, transformando as ruas belenenses em palco de guerra. Os rebeldes tomam o Palácio do Governo e formam o governo cabano. O governo regencial no Rio de Janeiro, ao saber da rebelião no Pará, envia forças militares a Belém para combater a rebelião.

Os cabanos são derrotados em Belém, e espalham-se pelo interior da Província, dominam o baixo Amazonas e rumam para o ocidente, para o alto Amazonas. Na vila de Manaus, capital da comarca, as

autoridades da Câmara Municipal elaboram um ofício em 6 de julho de 1835, solicitando à Câmara Municipal da vila de Luséa, “para que seja enviado um destacamento militar para o posto da freguesia de Tupinambarana, Parintins, na serra, a fim de impedir a entrada dos cabanos no território da comarca” (Cerqua, 1980, p. 63). Mas estes, pelo Tapajós e pelas matas, alastram a revolta em nossa região.

Os grupos étnicos autônomos dos Mawés, Mundurucus e Muras tiveram participação ativa na revolta, onde, na vila de Maués, os cabanos são alojados nas malocas dos Mawés, que circundam a vila.

Em 1836, os rebeldes dominam a vila de Manaus, que não oferece resistência. Dominam outras vilas importantes, como Tefé (no Solimões) e Barcelos (alto rio Negro). “Na Mundurucânia, os termos, assaltados, foram cedendo. Borba sofreu investidas violentíssimas” (Moreira, 1988, p. 133). O tuxaua mawé Crispin Leão, um dos líderes cabanos, assume o comando na freguesia do Andirá e Tupinambarana, chegando a Luséa, cujos cabanos, pelas matas do Tapajós, chegam à baía do Maués-Açu, dominaram a vila.

É bom lembrar que a comunicação entre o Tapajós e a baía do Maués-Açu era muito acessível. O confronto armado em Luséa, entre o destacamento militar e os cabanos, foi violento. Cerqua menciona que “a força legalista em Manaus é comandada por Ambrósio Aires e pe. Sanches de Brito; a revolta é encabeçada por Francisco Bernardo de Sena”.

Ao contrário do que esperava o caudilho Bararoá, a derrota dos cabanos em Ecuipiranga não representou o fim do movimento rebelde no alto Amazonas. Em sua fase final nessa região (1837-1840), a Cabanagem refugiou-se nos altos cursos dos rios e nos igarapés, apoiando-se cada vez mais no braço dos tapuias e índios.

Aos poucos, os líderes da Cabanagem foram abatidos, como, por exemplo, o índio mawé Crispin Leão, que foi morto em combate na freguesia do Andirá.

Nos meados de 1838, é nomeado o coronel José Coelho de Miranda Leão para pacificar a revolta em Luséa, na Mundurucânia. “O coronel José Coelho de Miranda Leão estava acompanhado de seu filho Benjamim de Miranda Leão e de um forte destacamento militar”. Foram recebidos por 980 cabanos, os quais sugeriram a paz, garantindo-lhes torná-la efetiva. “Exigiam como garantia um refém, Miranda Leão, acompanhado do filho, deu-lhe este que foi aceito. Os revoltosos dispuseram as armas. E a paz se fez sem a troca de tiro” (Bittencouth, 1973, p. 266).

Esse fato ocorre no dia 25 de março de 1840, na principal praça da vila de Luséa. “O mais considerável estabelecimento da Mundurucânia para que muito deve concorrer o adiantamento da nação mawé em civilização, cujas malocas circundam a villa... Celebrizou-se esta villa não só pela heroica resistência que fez aos cabanos em 1835, estabelecidos, nas malocas dos mawés, como por ser nela que em março de 1840 fizeram eles a sua submissão. Seus habitantes (são) provindos de Mawés e Mundurucus em número de 3.400 em 400 fogos” (Amazonas, 1852, p. 106).

Enfim, com o término da Cabanagem, o resultado era assustador, com 40.000 mortes, número que reduziu consideravelmente as populações do Amazonas e Pará, sendo a vila de Luséa, localizada próximo à foz do rio Maués, o último ponto da resistência cabana na região.

A pacificação da maior parte da Província do Pará, nessa fase final da Cabanagem, permite já ao governo paraense um balanço dos efeitos da desorganização econômica e da depopulação oriundas do conflito, ficando a Província totalmente defasada.

O município na Província do Amazonas

Ao criar-se a Província do Amazonas, em 5 de setembro de 1850, por Lei Imperial n.º 582, Manaus, Maués, Barcelos e Tefé eram os quatro municípios autônomos existentes, ficando a cidade de Manaus na condição de capital da Província.

Nesse período, a Província era constituída por quatro colégios eleitorais, e “Maués era o terceiro colégio, constituído pela sede Maués, as paróquias de Canumã, Araretama (Borba), Vila Bela da Imperatriz (Parintins) e a Freguesia de Massauary” (Bitencourth, 1924, p. 92). Dois anos após a criação da Província, em 1852, por Lei Provincial amazonense n.º 02, de 15 de outubro, do município de Maués, é desmembrada a freguesia de Vila Bela da Imperatriz, que passa para a condição de vila e posteriormente município autônomo.

Dessa forma, Parintins ficou autônoma; em 1853, o presidente da Câmara Municipal de Maués, coronel José Bernardo Michiles, preside na vila de Parintins a instalação, por ordem do presidente da Província, a instalação do município, dando assim como confirmado em definitivo o desmembramento político e administrativo de Parintins do município de Maués, de quem dependeu meio século.

Em 4 de setembro de 1856, Maués perde “a subordinação do termo judiciário da freguesia de Santo Antônio de Araretama (Borba), que é anexado ao de Manaus” (Nery, 1983, p. 60).

Mas Borba ainda dependia do município de Maués no que se refere a questões eleitorais. No entanto, o presidente da Província, Dr. João Pedro Dias Vieira, em 1857, “apura irregularidades nas eleições para vereadores e juizes de paz na paróquia de Borba, do município de Maués” (*História do Amazonas III*, Ufam, 2002, p. 36).

Todavia, o membro do gabinete provincial, encarregado de opinar sobre a atitude do presidente, tinha em vista as medidas lógicas e racionais que deveriam ser tomadas. Entretanto, conformaram-se diante da decisão e apresentaram o seguinte posicionamento de contestação: “Esta ordem do presidente do Amazonas não está conforme as decisões do governo Imperial. Se a freguesia de Borba é uma parte pequena do município (Maués) devia perder seu voto (...) e se é parte maior e importante, a anulação de toda a eleição municipal de Maués” (*História do Amazonas III*, Ufam, 2002, p. 37). Todavia, a ordem do presidente já estará cumprida.

Em 4 de setembro de 1857, conforme menciona Bittencourth, sete deputados provinciais, entre eles José Coelho de Miranda Leão, apresentaram o projeto de criação da comarca de Maués, justificando com as seguintes palavras: “A necessidade reconhecida para a boa administração da justiça nesta província não nos é estranha, o termo de Maués se acha mal servido, não tendo se apresentado, até hoje, o Juiz municipal letrado há muito para ali nomeado. Para minorarmos as necessidades que os nossos comprovincianos sentem em Maués e seu termo, oferecemos a consideração da casa o seguinte projeto” (Bittencourth, 1924, p. 152). Esse projeto mandava que os termos de Maués e Vila Bela da Imperatriz formassem uma comarca com o nome de Luséa.

Numa 2.^a discussão, o deputado padre Torquato Antônio de Souza ofereceu uma emenda, que foi aprovada, mandando que o nome da comarca fosse de Parintins. O projeto foi sancionado pelo presidente da Província, Sr. José Francisco Furtado, “através da Lei Provincial n.º 82, de 4 de setembro de 1858” (Bittencourth, 1924, p. 151). Assim ficou nossa Maués, termo dependente de Parintins.

Por Lei Provincial n.º 151, de 11 de setembro de 1865, “o projeto do deputado provincial José Bernardo Michiles, foi mudado o nome da vila de Maués, que passou a denominar-se Conceição” (Mello, 1967, p. 86).

Esse nome foi em homenagem à padroeira municipal Nossa Senhora da Conceição.

Em 13 de abril de 1874, em sessão da Assembleia Provincial, foi lida uma representação dos moradores de Maués, “pedindo a incorporação do respectivo termo ao de Serpa (Itacoatiara), visto as perseguições ali desenvolvidas pelo juiz de direito da comarca, bacharel Romualdo de Souza Paes de Andrade” (Bittencourth, 1924, p. 152).

Mas por Lei Provincial n.º 291, de 5 de maio de 1874, o projeto se consumou, mandando desanexar o termo de Maués ao de Parintins e anexá-lo ao da comarca da capital. Em 1876, porém, por força da Lei Provincial n.º 348, de 24 de maio, voltou Maués a fazer parte da comarca de Parintins.

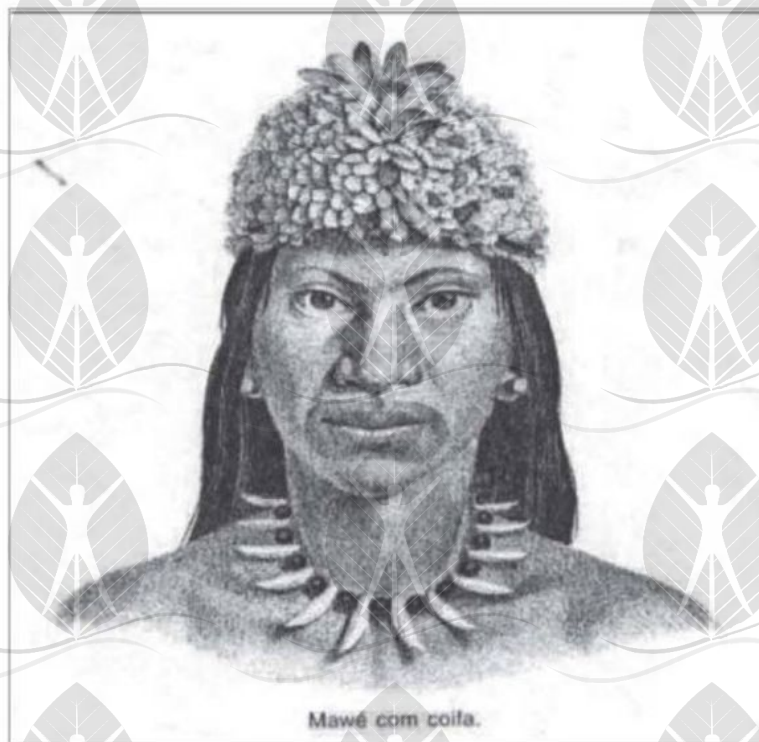
O deputado provincial João Carlos Antony, na 2.ª discussão, apresenta o projeto elevando o termo de Maués à condição de comarca, sendo aprovado em última discussão. Entretanto, o presidente da Província, Dr. Antônio dos Passos Miranda, negou o sancionamento da criação da comarca de Maués. E os motivos dessa negação, segundo Bittencourth, “não constam nos anaes d’assembleia”.

Ainda em 1876, a Província do Amazonas era constituída por cinco colégios eleitorais, e Maués era o terceiro, e em cumprimento por ato de 1.º de setembro desse ano, Parintins é constituído como 6.º colégio, constituído pelas paróquias de Vila Bela da Imperatriz e Andirá, sendo a 1.ª a sede do colégio.

Maués e a República

Proclamada a República em 1889, o governo provisório do Amazonas dissolve a Câmara Municipal da Vila da Conceição de Maués, “por Decreto n.º 03-A, de 9 de janeiro de 1890” (Mello, 1967, p. 86). A Câmara torna-se intendência municipal de Maués, e o governo provisório nomeia, para superintendente, o Sr. Antônio José Verçosa. Sendo assim, Maués é mantida como município, condição essa que não ocorreu com outros municípios do Estado, que foram extintos.

Por Lei Estadual n.º 35, de 4 de novembro de 1892, é oficializado a denominação de “Maués” município e a sua sede administrativa, em justa homenagem aos índios Mawés, os primeiros habitantes da região.



Mawé com coifa.

Gravura de um índio Mawé, com coifa século 19 (da obra de Manuela Carneiro Cunha, 1992)

O historiador Mário Ypiranga Monteiro, em sua brilhante obra histórica da cultura amazonense, menciona que a região de Maués, nos meados do século 19, “foi das mais prósperas, superando mesmo em economia à Vila da Barra e outras... A população da sede municipal se orgulha e com razão de pertencer àqueles aguerridos índios atléticos Mundurucu/Mawé e a região toda é conhecida por Mundurucânia”(Monteiro, 1977, p. 374).

Criação da comarca

Em 1892, o deputado estadual coronel Raimundo Gomes Salgado apresentou o projeto de criação da comarca, o qual justificava, em sessão do Congresso Legislativo do Estado daquele ano, “tendo lido em última discussão em 1895, quando foi sancionado pelo governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro” (Bittencourth, 1924, p. 154).

E no dia 5 de outubro de 1895, por Lei Estadual n.º 133, o termo judiciário local é elevado à condição de comarca de Maués. Sendo o 1.º juiz o Dr. Octaviano de Siqueira Cavalcante e o 2.º juiz o des. Luiz Furtado de Oliveira Cabral, para o período de 1897-1900.

“Diário oficial

Ano III – Manáos, quarta-feira, 9 de outubro de 1895
Lei n.º 133, de 5 de outubro de 1895.

Art. 1.º – Ficam elevadas à categoria de comarca os termos judiciários de Canutama no rio Purus, Carauary no rio Juruá e Maués neste estado.

O secretário do Estado a mande imprimir, publicar e correr.
Palácio do governo do Estado do Amazonas, Manáos, 5 de outubro de 1895.

Eduardo G. Ribeiro
Governador do Estado do Amazonas”

Maués recebe a condição de cidade

Finalmente, no dia 4 de maio de 1896, por meio da Lei Estadual n.º 137, sancionada pelo governador do Estado, Dr. Eduardo Ribeiro, a vila da Conceição de Maués é elevada à categoria de “cidade de Maués”. Essa condição era almejada desde 1853, quando o deputado provincial Dr. Marcos Antônio Rodrigues de Souza, presidente da Assembleia da Província, apresentava o projeto de elevação da vila de Maués à categoria de cidade, com o nome de São Marcos de Mundurucami.

“O Dr. Marcos Antônio de Souza ensaia para se perpetuar numa cidade do interior da província... porém o projeto fracassou” (Mello, 1967, p. 88).

O termo “MAUÉS” significa cidade dos papagaios falantes e inteligentes. Sendo Maués o sexto município do interior do Estado a ter a sua sede administrativa elevada à categoria de cidade, depois de Tefé, Itacoatiara, Parintins, Humaitá e Lábrea. Naquela época, porém, a elevação de uma determinada vila amazonense à condição de cidade dependia sempre de uma questão política, tendo, é obvio, um bom representante na Assembleia Legislativa da antiga Província.

“ESTADO FEDERADO DO AMAZONAS”
Diário Oficial

Anno IV – Manáos, quarta-feira, 6 de maio de 1896.

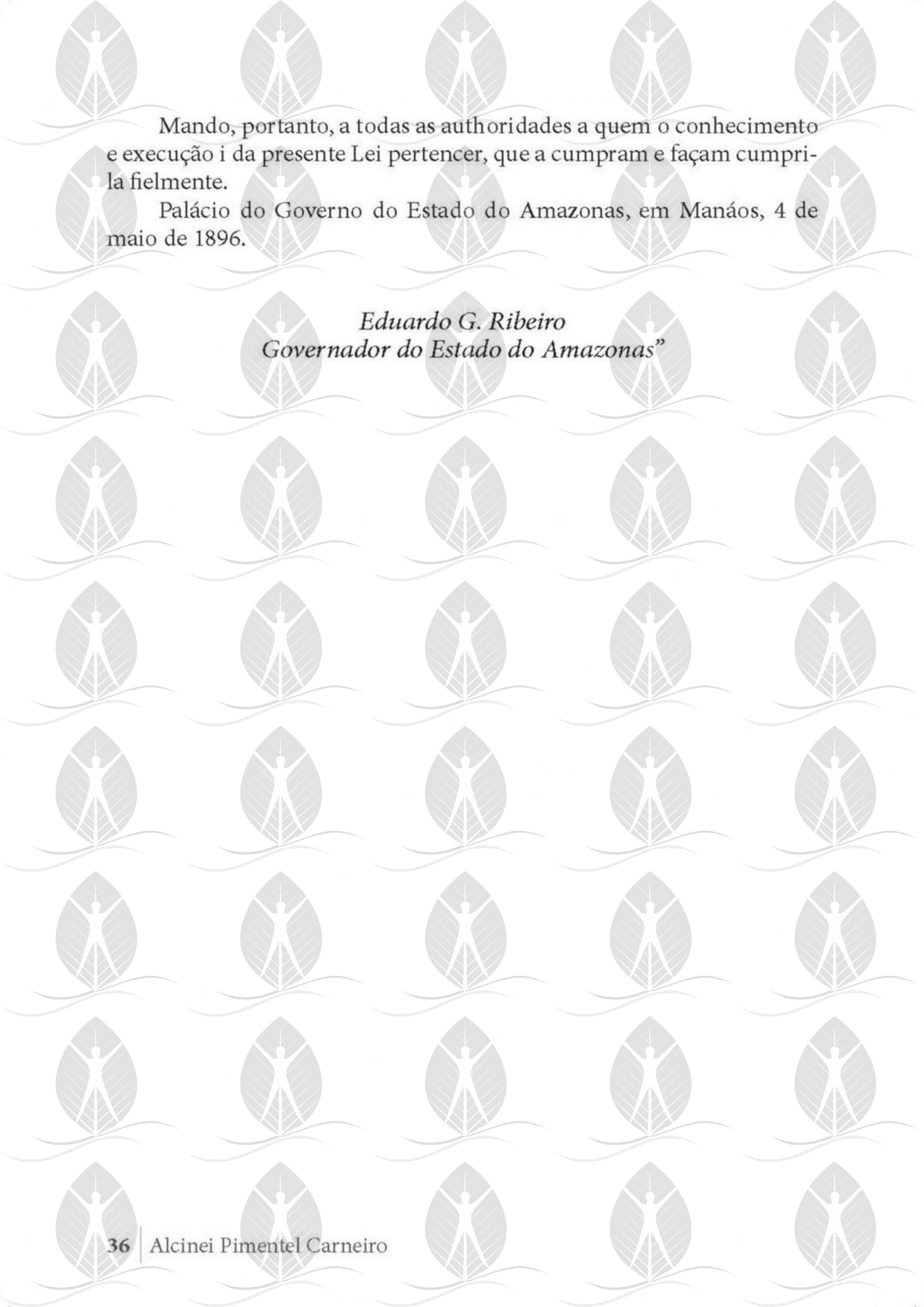
GOVERNO DO ESTADO

LEI N.º 137, DE 4 DE MAIO DE 1896

“Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bacharel em Mathemáticas e Ciências Phisicas, capitão do estado maior de 1.ª classe e governador do Estado do Amazonas etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que no congresso dos representantes do Estado, decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1.º – Ficam elevadas a cathegoria de cidades, com os nomes de Cidade de Maués e Cidade de Manicoré, e com os mesmos limites que tiverem, as Villas da Conceição, de Maués e Manicoré.



Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução i da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprila fielmente.

Palácio do Governo do Estado do Amazonas, em Manaus, 4 de maio de 1896.

Eduardo G. Ribeiro
Governador do Estado do Amazonas”

O século 20 em resumo

1902 – O comerciante italiano José Faraco ergueu um imponente prédio residencial e comercial no início da av. Dr. Pereira Barreto, edifício que foi modificado após ser vendido para a prefeitura municipal em 1947, hoje é a sede do fórum da comarca de Maués.

1905 – O Dr. Luiz Pereira Barreto, cientista, após pesquisa feita sobre o guaraná, possibilita a fabricação do 1.º refrigerante de guaraná com sabor “SORF DRINK’S”, produto de fabricação da empresa Antartica Paulista (Ambev). A referida empresa adquiria sementes torradas pelos produtores de Maués. Sendo o primeiro a circular no mundo com esse sabor.

É por isso que a mais bela avenida da cidade de Maués recebe o nome de “Dr. Pereira Barreto”.

1907 – Em Manaus, a Fábrica Andrade lança o 1.º refrigerante de guaraná sabor “Champagne” de coloração clara. A empresa comprava as sementes do produto em Maués para a fabricação do refrigerante que circulou na região até a década de 1970. O refrigerante foi o primeiro a circular no mundo com esse sabor.

1910 – O intendente municipal Adolfo Cavalcante, em sua administração, manda construir o prédio da Coletoria de Renda, que anos depois passou a ser mercado municipal, localizado na praça da Matriz, bem como construiu os muros e a capela do cemitério municipal São João Batista.



Aspecto da avenida Dr. Pereira Barreto em 1902 (foto da Família Faraco)

1918 – Estando para desabar, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1853 pelos carmelitas, é totalmente restaurada pelo coronel Tito Leão.



Foto da Família Faraco
Igreja de Nossa Senhora da Conceição em 1912, antes da construção da torre

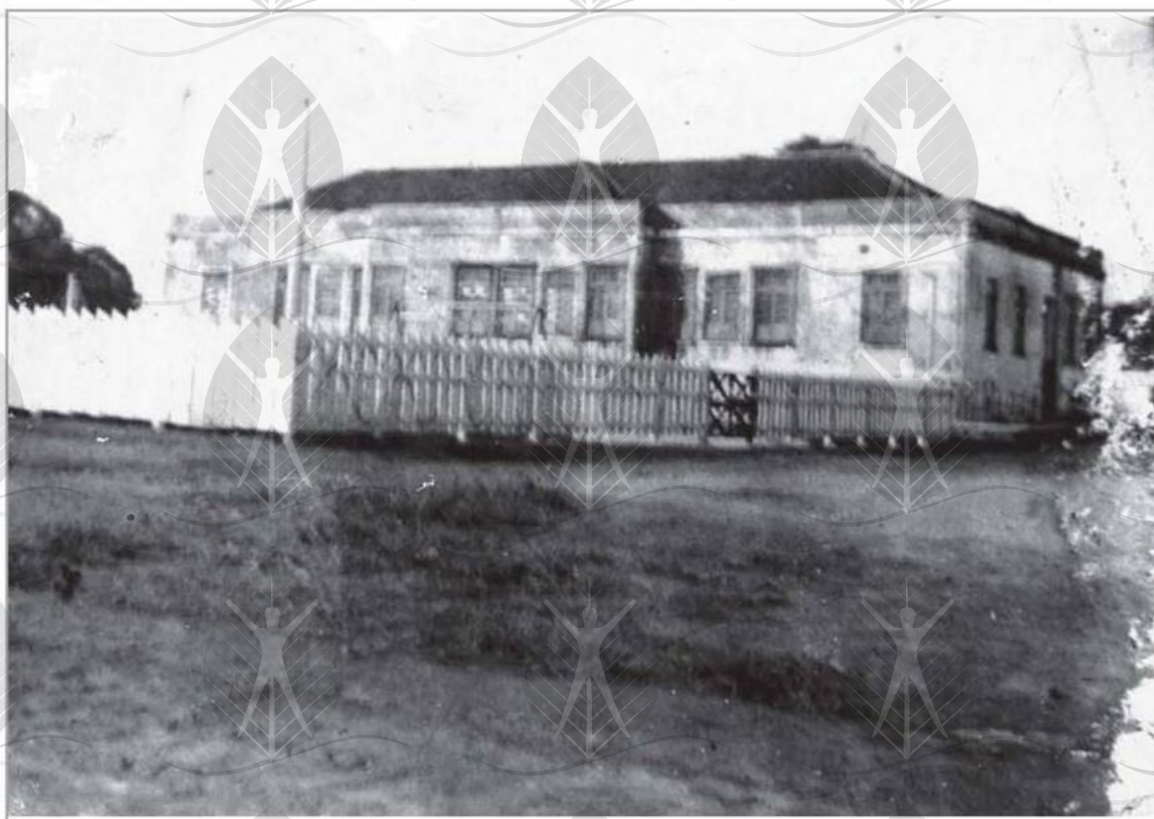
1924 – Ocorre na região do rio Arary, entre os municípios de Maués e Itacoatiara, entre os castanheiros, a revolta do “rio Arary”, liderados pelo Sr. Anésio Pereira dos Santos e o ex-cabo do Exército Ubaldino Meireles, natural de Parintins. Revoltaram-se contra os intendentes do município Campelo e Carvalho, que exploravam cruelmente os trabalhadores dos castanhais. O confronto armado entre os castanheiros e os capangas do prefeito foi violento, onde o governador do Estado, Dr. Raimundo Barbosa, teve de intervir por meio do emissário Campos Júnior, para restabelecer a paz na região.

1926 – Nasce do casal Carlos Esteves Soares (português) e de Clarisse Negreiros Esteves, Raimundo José Esteves. Este será prefeito municipal de Parintins (1959-1961), realizando uma excelente administração na prefeitura daquela importante cidade amazonense. Projetou uma carreira política de sucesso, onde o povo do baixo Amazonas, região da qual foi líder político, o elegeu deputado federal e senador da República, pelo partido da Arena.

Era muito querido na região, pois os municípios de Maués e Parintins, sozinhos, elegeram por diversas vezes esse nobre mauesense, para representá-los na Câmara Federal.

1933 – É inaugurada a 2.^a Usina de Energia Elétrica de Maués, parceria do Governo do Estado, governo do Dr. Álvaro Maia, e a prefeitura municipal. A usina foi construída na avenida Dr. Pereira Barreto, ao lado da residência da família Magaldy (hoje, o prédio serve de Centro de Endemias da Funasa). Visto que a antiga usina de caldeira, que funcionava no final da av. Dr. Pereira Barreto, onde hoje está construída a residência do Sr. Carlos e da Sr.^a Eliza, funcionava precariamente e não tinha mais condições de iluminar a cidade, que crescia.

1938 – O intendente municipal, Raimundo Gomes de Albuquerque, manda erguer o prédio do Colégio Santina Filizola, na avenida Dr. Pereira Barreto, o 1.^o grupo escolar da cidade. O edifício, ao longo dos anos, sofreu várias reformas que descaracterizaram sua arquitetura original. Hoje, a escola é administrada pelo Governo do Estado e recebeu o nome da 1.^a professora normalista de Maués, Santina Filizola.



Colégio Santina Filizola, construído em 1938, com sua arquitetura original

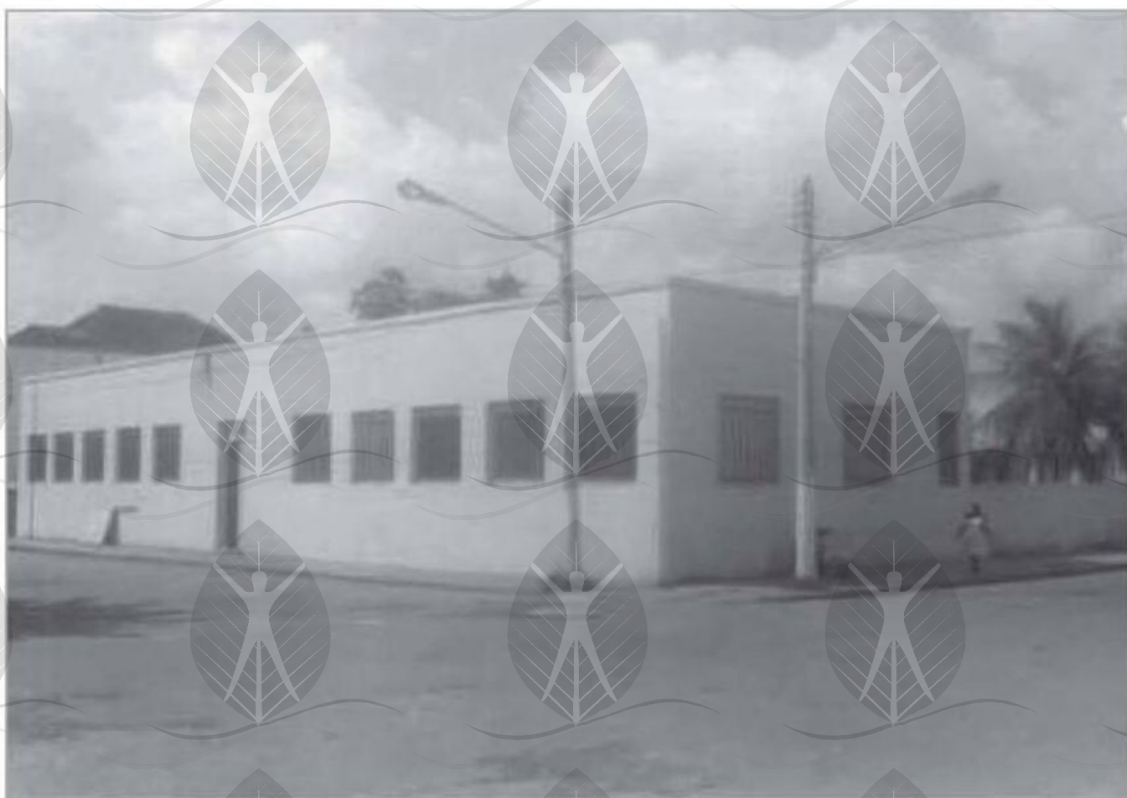
1947 – É realizada a 1.^a eleição municipal com a participação popular, sendo eleito como o 1.^o prefeito municipal, coronel José Batista Michiles, de origem italiana. Filho do “Coronel Feliciano Michiles.

da guarda imperial, mandado para o norte para implantar as ideias republicanas, chegou em Maués em 1840” (Arquivo da Câmara de Maués).

“Sua família já atuava na política amazonense desde 1850, quando o coronel José Bernardo Michiles foi presidente da Câmara Municipal da antiga Vila da Conceição de Maués, depois foi eleito deputado provincial, sendo um dos idealizadores do projeto de criação do município de Parintins”.

1953 – O pe. Jorge Frezzinni (vigário de Maués), tendo a ajuda expressiva do povo de Maués, constrói o colégio paroquial São Pedro, no terreno doado pelo coronel Pedro Manoel de Oliveira Negreiros, ao lado da agência do Banco da Amazônia, na praça da Matriz.

A escola começa a funcionar em 1954, tendo como sua 1.^a diretora a professora Salime Benchaia. Em 2002, o antigo colégio é demolido para a construção de um novo edifício, maior e moderno.



Antigo Colégio São Pedro, erguido em 1953, demolido em janeiro de 2002

1954 – A 16 de novembro, foi instalado no prédio da antiga Sucam o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués (Saae), que passou

a fornecer água potável de boa qualidade para a população de Maués. Seu primeiro gerente foi o Sr. Ribamar Pacheco. Atualmente, o serviço atende 5.231 usuários em toda cidade (Fonte: Saae/Maué, 2004).

1955 – Em 12 de julho, o papa Pio XII cria a prelazia Nullius de Parintins, com território desmembrado da Arquidiocese de Manaus, ficando a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Maués subalterna à nova prelazia.

1957 – No dia 15 de abril, por meio do gerente instalador, Sr. Francisco Geraldo Melo da Rocha, é instalada, na cidade de Maués, a agência do Banco da Amazônia S.A., sendo ela a primeira casa bancária no município, que começou a funcionar num edifício antigo ao lado do Colégio São Pedro.

1963 – É instalada em Maués a fábrica de extração do extrato do guaraná (antiga Samasa), filial da empresa Ambev. Sendo um dos intercessores o deputado estadual Darcy Augusto Michiles, que lutou para que a referida fábrica fosse instalada no município, para a geração de emprego e renda para a população local.

1967 – O governador do Amazonas, Dr. Danilo Duarte de Areosa, presente em Maués, inaugura a nova Usina Termelétrica do município, na rua Batista Michiles, juntamente com o prefeito municipal Carlos José Esteves.

1971 – O governador do Estado, Dr. Walter de Andrade, destitui do cargo de prefeito municipal de Maués o Sr. Antônio Negreiros de Almeida, em função de esse prefeito, por denúncias de vereadores, estar se beneficiando com as diárias da Câmara não repassadas a esse poder.

O prefeito destituído, segundo relatos do Sr. Antônio Pimenta Silva (ex-vereador), “talvez desesperado, manda queimar parte do arquivo antigo da prefeitura municipal, onde existia documentos da antiga intendência do município”.

1973 – A jovem Roseana Leite Almeida, mauesense, é eleita, em Manaus, Miss Amazonas. Um ano depois, sua irmã, a jovem Silvana Leite Almeida, é eleita Miss Amazonas, porém a comissão descobriu que Silvana não tinha 18 anos completos, como exigia o regulamento. Por isso, foi desclassificada do concurso.

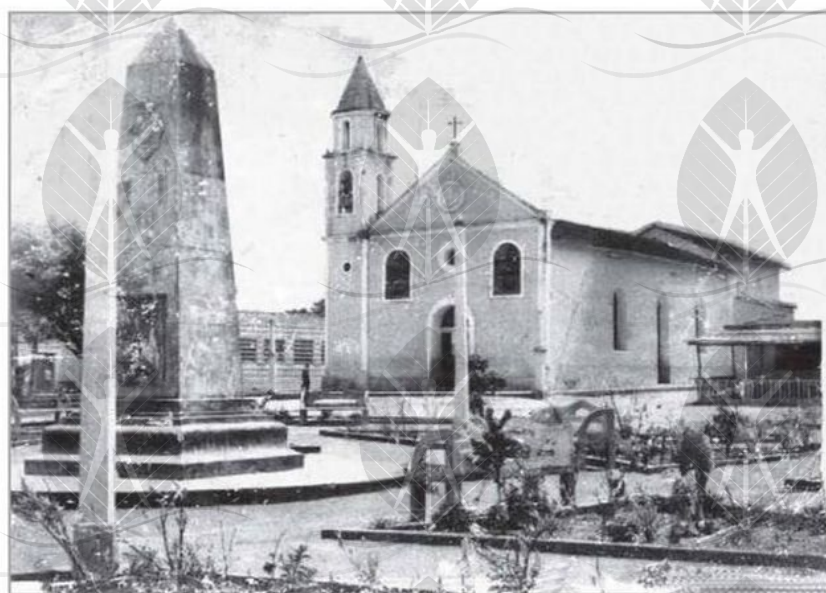
1974 – O governador do Estado, Dr. João Walter de Andrade e o prefeito municipal Theodomiro Muniz, com a presença do senador José Esteves, autoridades locais e população, inauguram o “Hospital da Sesau”, Unidade Mista de Maués.



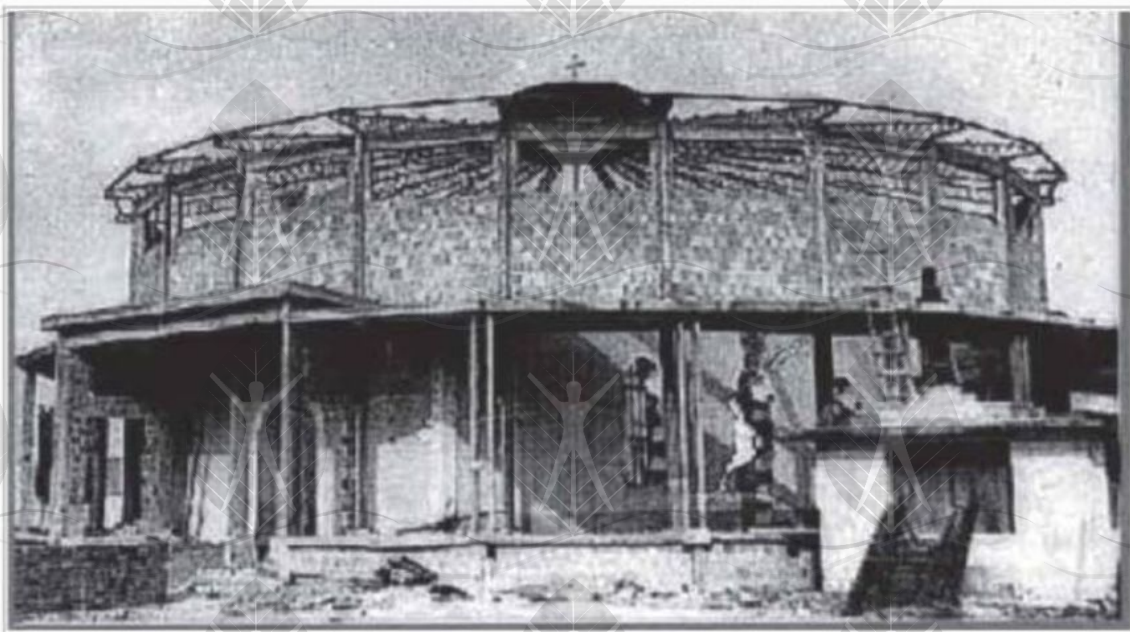
Inauguração do Hospital da Sesau de Maués, com o pronunciamento do senador José Esteves, na presença do governador do Amazonas, Dr. João Walter de Andrade, em 1974

1975 – No final desse ano, começam os trabalhos de demolição da antiga matriz paroquial de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1853 pelo frade carmelita Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva. O prefeito Theodomiro Muniz, por sua vez, não alienou o terreno da frente do cemitério municipal para a construção da nova matriz de forma arredondada.

E sendo assim, ficou decidido demolir a velha igreja.



Antiga Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Maués, em 1973 (foto de Adenor dos Santos)



Obra de construção da nova Matriz de Maués, em 1976

1976 – É inaugurada em Maués a terceira casa bancária do município, o Banco do Brasil S.A., que começou a funcionar no prédio da antiga Caçapava, na avenida Dr. Pereira Barreto. Nesse período, cresce a produção de guaraná, o que garante uma renda expressiva para os produtores locais. E em razão desse desenvolvimento, graças aos pedidos do senador José Esteves, a agência do Banco do Brasil é instalada no município. Dessa forma, Maués já contava com três agências bancárias: Banco da Amazônia S.A. (1957), Banco do Estado do Amazonas – BEA (hoje Bradesco, 1973) e Banco do Brasil.

1978 – O empresário Phillippe Daou (presidente da Rede Amazônica de Televisão) juntamente com o prefeito Carlos Esteves inauguram a receptora da emissora de Maués (TV Maués, canal 4), localizada na estrada Miri-Moraes, no bairro Mário Fonseca.

Bairro Ramalho Júnior

O bairro Ramalho Júnior, localizado na zona norte da cidade de Maués, originou-se provavelmente a partir das primeiras cabanas cobertas de palha, construídas pelos rebeldes da Cabanagem, nos idos de 1835. Foi denominado por vários anos de “bairro da Aldeia”, talvez pelo motivo de ter a maioria de suas casas cobertas de palha, cuja visão panorâmica, vista do centro da cidade, dava a legítima impressão de uma aldeia indígena.

Recebeu o nome de “Ramalho Júnior” em homenagem ao governador do Amazonas, coronel José Cardoso Ramalho Júnior, que governou o Estado entre 1896-1900. Seus primeiros moradores fixos foram os membros da família do senhor João Coelho, que trabalhavam no cultivo do guaraná e em outras culturas de subsistência.

Em 1944, o prefeito municipal Raimundo Gomes de Albuquerque constrói uma ponte de madeira para ligar o bairro ao centro da cidade; a referida ponte recebeu seu nome, sendo demolida em 1976, pelo prefeito Theodomiro Muniz, que construiu o aterro Ramalho Júnior.

É o bairro mais antigo de Maués e o maior pelo seu desenvolvimento.

A maioria de suas ruas foi aberta na administração do prefeito Carlos Esteves, que mandou calçar de concreto ruas como Ramalho Júnior, Raimundo Albuquerque e São João. Essa grande comunidade urbana foi construída sobre os grandes guaranazais pertencentes ao Sr. Otacílio Negreiros, um dos maiores produtores de guaraná do município.

Em 1970, o pe. Luciano Basílio (Pime), vigário coadjutor de Maués, constrói a Igreja de São Pedro Apóstolo na rua São João. Após a construção da igreja, os moradores animaram-se em comunidade, resultando no crescimento expressivo do bairro.

O Ramalho Júnior abriga aproximadamente 4.000 habitantes, a maior parte da população urbana de Maués. Conta atualmente com a maioria de suas ruas asfaltadas, graças a um convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Maués, na administração do prefeito Sidney Leite. Estão localizadas no bairro as seguintes repartições:

- Posto do INSS
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maués
- Colônia Z-16 de Maués.
- Feira do Atravessador
- Feira do Peixe “Prefeito Theodomiro Muniz”
- Ginásio Poliesportivo Dr. Deodato de M. Leão
- Centro de Saúde Ramalho Júnior e Jorge Brito
- Escola Estadual Walton Bizantino
- Escola Municipal Salum de Almeida
- Escola Estadual Mirian Sakyama
- Unidade Prisional de Maués
- Centro Educacional Batista Emanuel
- Escola Jandira Mc. Comb
- Posto de Gasolina Santa Catarina

- Posto de Gasolina Vitória
- Hospedaria Ramalho Júnior

Trabalha no bairro, há mais de dez anos, o missionário do Pime, pe. Bruno Mascarin, religioso dedicado pela evangelização dos comunitários. Realizou, ao longo dos anos, importantes obras de cunho social no bairro, como centro social e catequético, bem como a ampliação da Igreja de São Pedro, cuja festa é realizada na última semana do mês de junho.

É desejo dos moradores desse bairro a criação da paróquia de São Pedro Apóstolo do Ramalho Júnior, tendo em vista que essa população vem crescendo, e o único padre, além de atender o setor, presta assistência aos bairros adjacentes do Mirante do Éden, Donga Michiles e Mário Fonseca.

O Ramalho Júnior é o maior distrito eleitoral do município, podendo, sozinho, eleger dois ou três vereadores para representá-los na Câmara Municipal.

Com o seu crescente desenvolvimento, crescem também os problemas sociais e urbanos; é cortado por dois igarapés, o da Aldeia e o que corta as ruas das Américas, São João e Henrique Magnani, cujas margens são totalmente povoadas, precisando serem urbanizadas para a preservação da paisagem natural.

Nos últimos anos, o bairro vem recebendo melhoramentos na sua malha viária, com asfaltamento e instalação de meio-fio e infraestrutura, com a construção da nova Feira do Peixe, em 2003, e o esgoto sanitário.

Com isso, é um bairro bastante movimentado e, ao mesmo tempo, tranquilo, muito aprazível para residir, é conhecido carinhosamente como “A cidade alta”.



Vista parcial da frente do bairro Ramalho Júnior

Bairro da Maresia

Recebeu o nome de Maresia em razão dos banzeiros do Maués-Açu atingirem sua belíssima baía, que é contornada pelas praias da Ponta da Maresia e parte da Antártica. Está situado na tranquila zona sul da cidade de Maués. Seu povoamento iniciou com a família Magalhães por volta da década de 1950.

Em 1966, com a nomeação do pe. João Andena, como vigário de Maués, iniciou o trabalho de evangelização da população do bairro. Nesse ano, realizando as celebrações eucarísticas num barracão no local denominado de Fomento, onde atualmente está construído o antigo Ipasea, na rua Amazonas.

No ano de 1967, é construída a Igreja de Cristo Bom Pastor, na avenida Antártica, próxima à área litorânea daquele setor. Na década de 1980, foi melhorada suas principais vias de acesso, como a rua Guaranópolis e Getúlio Vargas.

Mas com a transferência definitiva da Festa do Guaraná do Guaranódromo no bairro Coronel Negreiros, na zona leste da cidade, para a praia da Ponta da Maresia, nos últimos anos o bairro foi sendo assistido com mais atenção.

Como exemplo, a construção do complexo turístico da avenida Antártica, em 1999-2000, na administração de Carlos Esteves. E atualmente está sendo todo asfaltado, por meio de convênio entre o Governo do Amazonas e a Prefeitura de Maués, na administração de Sidney Leite.

Na década de 1920, funcionava no bairro, no final da avenida Dr. Pereira Barreto, a antiga Usina de Caldeira para a geração de energia elétrica na cidade, onde hoje está construída a residência do Sr. Carlos.

O bairro conta com 2 escolas estaduais: Professora Maria da Graça Nogueira, construída em 1974, sendo o maior estabelecimento de ensino do município, e o Clóves Prado de Negreiros, erguido em 1967. Possui centro social, o Maués Praia Hotel e Pousadas.

Realiza, no mês de outubro, a festa de seu padroeiro, “Cristo Bom Pastor”, uma das mais tradicionais festividades religiosas da cidade, onde ocorrem shows musicais, missas e uma animada gincana cultural entre as maiores escolas de Maués.

Em 1988, é criada no bairro a escola de samba Em Cima da Hora, sagrando-se diversas vezes campeã no agitado carnaval popular de Maués.



Vista panorâmica da zona sul do bairro da Maresia, Maués

Dispõe de poucos estabelecimentos comerciais. No bairro também funciona a estação receptora da RBN, canal 13, antiga TV Manchete, hoje Rede TV, de propriedade da Igreja Assembleia de Deus. Para quem deseja residir próximo às praias e sentir a gostosa brisa do rio Maués, o bairro da Maresia é a opção ideal.

Bairro Coronel Negreiros Atual Santa Luzia

O bairro Coronel Negreiros recebeu esse nome em homenagem ao ex-prefeito municipal Pedro Manoel de Oliveira Negreiros, que governou o município no período 1956-1959, sendo ele o maior produtor de guaraná do Estado na década de 1950. O povoamento desse setor urbano, localizado na zona leste da cidade de Maués, iniciou-se na “década de 1980, com a migração de diversas famílias da zona rural para a cidade” (*Maués. Estudos Sociais*, 1993, p. 26). Constituiu-se como o segundo maior bairro de Maués, que a partir da construção do conjunto habitacional Pedro Manoel de O. Negreiros, em 1985-1986, em torno do bairro, diversas famílias construíram suas residências. “Por Lei Municipal n.º 016, de 13 de dezembro de 2001, o nome bairro Santa Luzia substitui o antigo nome Coronel Negreiros” (Arquivo da Câmara Municipal, 2001).

Nos meados da década de 1980, com a abertura de novas ruas pelo prefeito Edílson Negreiros, os padres do Pime constroem uma pequena capela em louvor à Santa Luzia, que se tornou padroeira do bairro. A população do bairro cresceu e houve a necessidade de construir uma igreja bem maior para abrigar o povo.

Em 1994, o pe. Armando Rizza (vigário coadjuntor de Maués) constrói uma nova igreja digna do culto à Santa Luzia. O padre trouxe uma imagem de aproximadamente 1,20 cm de altura e doou à igreja do bairro.

A Igreja de Santa Luzia é bela, com simples arquitetura e uma bonita torre, marca do brilhante trabalho dos padres do Pime nesse bairro, que também apresenta condições significativas para ser uma grande paróquia, quando futuramente for criada a Prelazia de Maués. O sonho dos mauesenses no que se refere à autonomia eclesiástica do município com relação a Parintins.

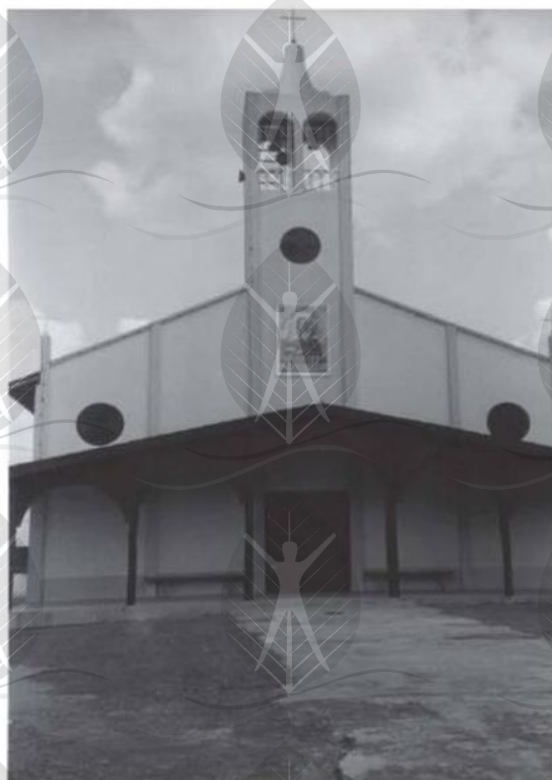
Estão localizadas no bairro Santa Luzia as seguintes repartições:

- Conjunto habitacional Suhab
- Conjunto Mutirão
- Escola Municipal Francisco Canindé
- Escola Municipal N. S. da Conceição
- Centro de Saúde
- Central de telefonia celular Amazônia Celular
- Central de telefonia celular Vivo
- Central de telefonia celular TIM
- Centro de Convivência dos Idosos “Rosa Martins Michiles”
- Casa de Recuperação Pe. Jorge Frezzini
- Escola Estadual GM3 – Prefeito Donga Michiles
- Creche Municipal
- Estúdio das rádios Guaranópolis AM e A Crítica FM
- Estação receptora da TV A Crítica, canal 2
- Casa dos Estudantes Indígenas Pe. Iseo
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
- Campus Universitários da UEA (Universidade do Estado do Amazonas)
- Sociedade Pestalozzi
- Centro Social Chicota Leda
- Beasa Clube de Campo

O bairro também dispõe de um bom setor comercial, ultimamente tem recebido melhoramento na sua malha viária, com a maioria de suas ruas asfaltadas. Muito em breve, será inaugurada a nova Unidade

Hospitaller do Município, “Hospital Regional de Maués”, com 60 leitos, que está sendo construído no referido bairro.

Em 2002, o Sr. Castilho (membro do 3.º Pelotão da Polícia Militar de Maués) juntamente com alguns moradores fundam o GRES Unidos de Santa Luzia, a mais nova escola de samba do município, que no mês de fevereiro anima e movimentava o bairro com os ensaios de sua bateria.



Igreja de Santa Luzia, bairro de Santa Luzia, Maués

Bairro Mirante do Éden

Realmente, o bairro é o verdadeiro mirante da capital do guaraná, localizado na zona norte da cidade, próximo à foz do rio Maués-Açu. O bairro Mirante do Éden recebeu esse nome por ser calmo, tranquilo, principalmente por ser o mirante de Maués, ficando situado de frente com a cidade.

No entanto, mais tarde passou a ser chamado Antônio Negreiros de Almeida, nome que não agradou seus moradores. E por meio da “Lei Municipal n.º 16, de 12 de maio de 1989” (Maués. *Estudos Sociais*, 1991, p. 29) o bairro volta ser chamado definitivamente de Mirante do Éden”.

O padroeiro do bairro é São Francisco de Assis, sua primeira capela foi construída no início na década de 1980; já em 1987, o pe. Bruno

Mascarin (vigário coadjutor de Maués) constrói a nova igreja em louvor a São Francisco. O povoamento do bairro se realizou por volta da década de 1950, sendo os seus primeiros moradores “a Família Freire”. Ainda na década de 1950, existia no bairro uma pilação de guaraná pertencente ao senhor Moisés Abecacis, no local do atual matadouro municipal.

O bairro conta com uma bonita ponta de praia, chamada de praia do Éden, que a cada ano que passa vem sendo destruída pelos detritos despejados de uma serraria local, bem como da retirada de areia por uma empresa particular. Mesmo assim, a praia do Éden é muito frequentada pelos milhares de moradores dos bairros da zona norte, como Ramalho Júnior, Donga Michiles e o próprio Éden.



Praia do Éden, localizada em frente à cidade de Maués

No bairro estão localizadas as seguintes empresas e repartições, como:

- Aeroporto Bento Ribeiro Santos
- Serrarias
- Matadouro Municipal Joaquim Mafra
- Escola Pinóchio
- Associação Atlética Banco do Brasil – AABB

- Antiga Usina São João
- Estação Pluviométrica
- Igrejas evangélicas
- Fábrica de gelo e cerâmica Negreiros
- Terminal pesqueiro municipal

O referido bairro possui a maioria das ruas asfaltadas, e está ligado ao centro pela Ramalho Júnior.

Bairro Mário Fonseca

Conhecido como “bairro da TV”, em razão da instalação da receptora da TV Amazonas, canal 4, o bairro Mário Fonseca foi “criado pelo Decreto Municipal n.º 033, de 5 de maio de 1986” (Maués. *Estudos Sociais*, 1991, p. 28) e recebeu esse nome em homenagem a um antigo comerciante do município, Sr. Mário Negreiros da Fonseca.

O povoamento do bairro iniciou-se a partir do crescimento do bairro Ramalho Júnior, que já não podia abrigar as dezenas de famílias provenientes da zona rural do município, que com o progresso da cidade, em razão do comércio do guaraná na década de 1980, vinham em busca de melhores condições de vida e de trabalho na cidade.

No bairro encontramos:

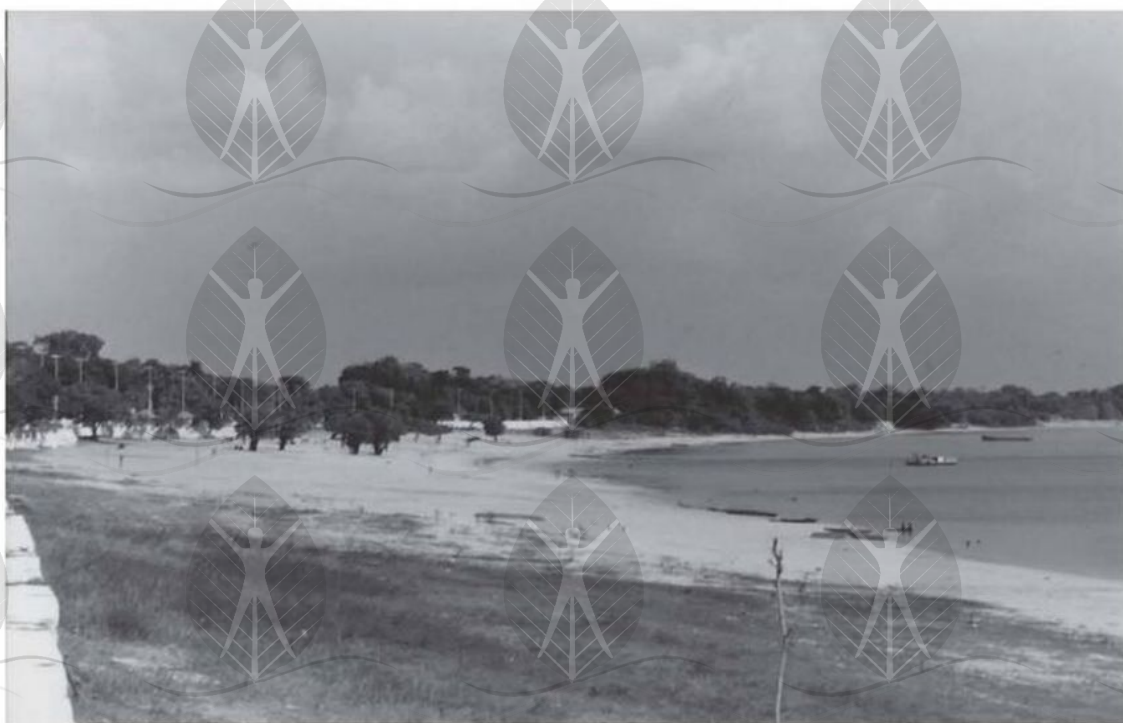
- Conjunto Residencial Dorzane
- Moveleiras
- Templo da Igreja Adventista do 7.º Dia
- Receptora da TV Maués, canal 4 (filiada à Rede Amazônica de Televisão)
- Receptora da TV Mundurucânia, canal 5 (filiada à Rede Vida de Televisão)
- Motéis Sonic e Oxigênio
- Centro Esportivo Prefeito Antônio Negreiros, o antigo Maracapoeira
- Escola do Serviço Social do Comércio (Sesc)
- Conjunto Habitacional Mundurucânia

Com a construção da capela de Nossa Senhora Rainha da Paz, a santa já está se tornando a padroeira do referido bairro, que fica

localizado na zona leste, na periferia urbana de Maués. Conta com a maioria de suas ruas asfaltadas para o tráfego de pedestres e veículos.

Bairro Santa Tereza

Situado na zona sul da cidade de Maués, o bairro recebeu esse nome em razão da existência de um sítio denominado de “Santa Tereza”. É o setor urbano mais tranquilo da Terra do Guaraná. Seu litoral é contornado pela belíssima praia da Antártica, cuja forma de meia-lua muito se parece com a praia de Copacabana, no Rio de Janeiro.



Praia da Antártica, no bairro de Santa Tereza, zona sul da cidade de Maués

O povoamento do bairro iniciou-se com a família de origem italiana “Doces”, em especial do grande artesão João Valente Doce, sendo suas primeiras ruas abertas na década de 1980; é um bairro que está em pleno desenvolvimento, e conta atualmente:

- Usina de beneficiamento de pau-rosa, do empresário Zanoni Magaldy
- Basa Clube de Campo

- Centro Social
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués
- Igreja Adventista do 7.º Dia
- Fábrica de extração da essência do guaraná – filial Maués da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)

A antiga usina de beneficiamento de pau-rosa foi instalada nas primeiras décadas do século passado (20), pelo italiano Francisco Magaldy, que foi juiz de direito do município. E até os dias de hoje ainda funciona, o que não ocorreu com outras usinas do interior amazonense.

Já a fábrica da Ambev, antiga Samasa, foi instalada em 1963, essa indústria é responsável pela produção de matéria-prima (o extrato do guaraná), que é extraído das mais de 200 a 300 toneladas de sementes de guaraná torrado, produzido pelos guaranaicultores locais e parte da própria empresa, que possui mais de 20 quadras com plantações de guaraná, localizado a 15 km da cidade de Maués, cujo local é chamado de “Fazenda Santa Helena”.

Toda essa produção é transportada em barris por intermédio de balsas para Manaus, onde é espalhada para as fábricas de refrigerante do país. A empresa mantém o maior banco genético de guaraná do mundo.

É obvio salientar que a essência do melhor guaraná do mundo é feita na fábrica situada no tranquilo e aconchegante bairro de Santa Tereza.

O bairro não possui templo católico, mas muito em breve os moradores terão uma igreja dedicada à Santa Tereza de Ávila, que já é a padroeira desse bonito setor urbano de Maués.

Bairro Donga Michiles

Situado na zona norte da cidade de Maués, o bairro Donga Michiles recebeu esse nome em homenagem ao primeiro prefeito municipal de Maués, coronel José Batista Michiles, conhecido como “Donga”, que foi prefeito de Maués por duas vezes, 1947-1951 e 1960-1963.

O povoamento desse bairro iniciou-se nos anos 90 do século passado, com a indenização de lotes de terras feitas na administração do prefeito Luís Macedo Cavalcante. O padre Bruno Mascarin, missionário do Pime, que atende o bairro Ramalho Júnior e os bairros da zona norte de Maués, “constrói uma simpática igreja dedicando-a a São Sebastião

em 1993, que se tornou padroeiro do bairro” (*Jornal Diocesano*, 1996, p. 4). Daí por diante, o missionário parte para atender às necessidades no campo educacional da comunidade: constrói, anexo à igreja, a escolinha Jardim Fraternidade Pe. Silvio Miotto, que passou a atender às crianças do bairro.

Em princípio, o nome desse bairro era “São Sebastião”, por sugestão de pe. Bruno; no entanto, o prefeito da época não aceitou e impôs o nome de “Donga Michiles”, permanecendo até hoje.

Esse setor urbano é muito populoso, possui a maioria de suas ruas asfaltadas e está em pleno desenvolvimento. Dispõe ele, por enquanto, de poucos serviços úteis para seus moradores, como: comércios, escolas, centros sociais e quadra de esportes. Nos últimos anos, as ruas do bairro vêm recebendo melhoramento com asfaltamento e meio-fio.

O Novo Bairro

No segundo semestre do ano de 2003, o então prefeito municipal, Sidney Leite, indenizou uma grande área localizada na zona sul da cidade de Maués, destinado para ser o Novo Bairro do município.

Esse Novo Bairro ainda não é habitado, está projetado para se tornar o maior bairro da cidade, com área para quadra de esporte, igreja, centro de saúde e escola. Todas as ruas têm nomes de animais da fauna de nossa região amazônica.

Futuramente, esse bairro, “ainda sem nome próprio e digno”, para os seus pretensos oradores, conta com uma área de 1.260 metros de extensão e 465 metros de largura. Será realmente o maior bairro; porém, para que tudo se torne realidade, será necessário um minucioso estudo para dotá-lo com toda uma infraestrutura urbana, como: rede elétrica, água, esgoto e asfaltamento. Como já existem nos demais bairros da velha Mundurucânia.

Intendentes e prefeitos municipais de Maués

A história da administração pública de Maués iniciou-se em 25 de junho de 1833, quando foi criado o município. Mas a 1.^a Câmara Municipal da antiga vila de Luséa, composta em 1834, era constituída pelos seguintes homens públicos: “Bernardo José Paes (presidente), João

Baptista da Silva, José Lucas da Cruz e José de Medeiros (vereadores)” (Reis, 1934, p. 130). No período de 1834 até meados de 1889, Maués era administrada pela Câmara Municipal.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o município passou a ser administrado por intendentess municipais nomeados pelo governador do Estado, situação em que se prolongou até 1947, quando foi eleito o 1.º prefeito municipal, com a participação do voto popular.

Reis informa, em sua obra *Manãos e outras Villas*, que o único documento que restou do arquivo da antiga Câmara Municipal da Vila de Luséa, datado de 1834, foi recolhido pela Câmara Municipal do antigo Lugar da Barra (hoje Manaus), apresentado em ofício à divisão distrital do município. Reis ainda menciona que os homens públicos de Luséa (Maués) eram os mais procurados nas horas difíceis por que passava a Amazônia.

Na realidade, Maués gerou e ainda continua gerando grandes homens públicos, que se destacam no cenário político regional e nacional. Como, por exemplo: o saudoso senador José Esteves, o maior líder político do baixo Amazonas, como também os saudosos deputados estaduais Darcy Augusto Michiles, Homero de Miranda Leão, João Verçosa e tantos outros que se tornaram mitos da política local. “Outro importante mauesense, nascido em 1869, na antiga vila de Luséa, foi o Dr. João Coelho de Miranda Leão, que foi prefeito de Manaus, fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas, bem como fundador da Sociedade Amazonense de Agricultura” (Bittencourth, 1973, p. 360-361).

Maués, ao longo de sua história, sempre teve representantes filhos da terra no parlamento amazonense, como também aqueles que adotaram o município como pátria, como os deputados provinciais: coronel José Coelho de Miranda Leão, José Bernardo Michiles, no período da Província do Amazonas.

Já na fase republicana, temos os deputados estaduais João Verçosa, Homero de Miranda Leão, Darcy Augusto Michiles, Carlos Esteves, Humberto Michiles e Alfredo Almeida. Ficando o município no período de 2003-2006 sem um representante do município na Assembleia Legislativa amazonense.

Bernardino de Souza, que publicava em 1873 uma obra sobre sua visita à Província do Amazonas, nos mostra que Maués sempre esteve

envolvida em paixões políticas, quase doentia. Souza mencionava 131 anos atrás:

“A Villa da Conceição é uma das mais importantes da província do Amazonas, e muito lisonjeiro será o seu futuro, si os meios que tem para engrandecer se não forem tolhidos por paixões políticas” (Souza, 1873, p. 269). Ao refletir essa opinião, realmente o principal percalço do desenvolvimento do município de Maués está ligado a essas inconsequentes paixões políticas.

Há mais de quase meio século, duas famílias tradicionais vêm disputando o governo do município, que iniciou com os Miranda Leão, depois os Michiles, os Verçosa, Negreiros e Esteves. Em Maués, porém, essa tradição está viva e conservada, por meio dos grupos Esteves e Michiles. De um lado, os Michiles, que desde a época da antiga Província ainda mantêm vínculos com a política. Sendo Darcy Michiles, filho do ex-prefeito José Batista Michiles, o grande líder político desse grupo. E de outro, os Esteves, aliados aos Negreiros, cujo expoente político era o senador José Esteves, considerado o maior líder político da região do baixo Amazonas. O grupo se mantém firme, tendo como líder político o ex-prefeito Carlos Esteves.

Essa disputa pelo governo de uma das mais importantes prefeituras do Amazonas faz com que o processo eleitoral de Maués seja o mais agitado e disputado de todo o interior amazonense. Supomos que os habitantes do município de Maués já trazem consigo o sentimento político no sangue.

Maués atualmente constitui-se como o 7.º maior colégio eleitoral do Estado do Amazonas, depois de Manaus, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Tefé e Coari. Com 24.305 eleitores, segundo o último censo eleitoral do TRE/Amazonas, de 2004.

Intendentes municipais de Maués

- Antônio José Verçosa – 1889
- Adolfo Cavalcante – 1910
- Manoel José Verçosa – 1915
- Felix Toledo – 1916
- Campelo e Carvalho – 1924
- José Manoel de Miranda Leão – 1930
- João Batista de Verçosa – 1931
- Raimundo Gomes de Albuquerque – 1938-1946

**Prefeitos municipais de Maués
(1947-2004)**

PREFEITO	MANDATO
1.º – José Baptista Michiles	1947-1951
2.º – Homero de Miranda Leão	1952-1954
– Marcos Aurélio Palácio	(1955 – 9 meses)
3.º – Pedro Manoel de O. Negreiros	1956-1959
4.º – Josué Baptista Michiles	1960-1963
5.º – Carlos José Esteves	1964-1968
6.º – Antônio Negreiros de Almeida	1969 (1 ano)
– José Baptista Michiles	1970 (1 ano)
– Edmundo Xavier de Albuquerque	1971 (1 ano)
– Sotero do Lago Mota (interventor)	1972 (1 ano)
7.º – Theodomiro Muniz	1973-1976
– Carolino Dias dos Santos	1977 (1 ano)
8.º – Carlos José Esteves	1978-1982
9.º – Edilson Rolim Negreiros	1983-1988
10.º – Luiz Macedo Cavalcante	1989-1992
11.º – Darcy Humberto Michiles	1993-1994
– Sidney Ricardo de Oliveira Leite	1995-1996
12.º – Carlos José Esteves	1997-2000
13.º – Sidney Ricardo de Oliveira Leite	2001-2004

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Maués, 1947-2004, p. 10-11.

Símbolos municipais



Brasão Municipal, criado em 1989 por Lei Municipal n.º 16, de novembro de 1990



Bandeira do município de Maués, criada pela Lei Municipal n.º 039, de novembro de 1979

Hino do município de Maués

O hino de Maués foi criado pela Lei n.º 49, de 3 de junho de 1980.
Compositor Alexandre Batista Yamanouth.

Estrilho

Oh! Minha Maués (bis)
Do meu guaraná (bis)
Industrializado, também exportado
Melhor que há.

I

No Estado do Amazonas
Fronteira com o Pará
Lá está minha Maués
Tão bonita que és
Terra do Guaraná

II

Quem vem a Maués
No barco da linha
Vê sempre a natureza
Oh! Que tanta beleza
Por onde caminha

III

Veja o encontro das águas
E vibre de emoção
Rio Urariá, rio Maués
De mão apertadas
Num só coração

IV

Maués também é
Torrão brasileiro
Com suas lindas morenas
Praias serenas
Povo hospitaleiro

V

Quem deixa Maués
Lembrança terá
Do nosso artesanato
Produto, rio, matas
Querendo voltar.



Vista aérea da cidade de Maués, conhecida como a
“Terra do Guaraná”, 2003

A Festa do Guaraná de Maués

A trajetória para a concretização da Festa do Guaraná do município de Maués teve início em 1964, quando foi realizado o primeiro baile no Clube Guaranópolis (hoje Salão Paroquial), iniciativa do prefeito municipal Carlos José Esteves.

Conforme os relatos de Carlos Esteves, “veio de Manaus nesse ano uma equipe formada por decoradores e bailarinos, que organizou a festa, que ainda não era oficializada. O baile foi restrito a Maués”. No entanto, já ocorria nesse tempo o tradicional concurso da Rainha do Guaraná. Em 1973, o Dr. Péricles Silveira juntamente com os professores e estudantes do município organizaram a 1.ª Feira Cultural do Guaraná, com a exposição dos produtos e artesanatos feitos do guaraná. A feira foi realizada na praça do cemitério municipal, hoje praça Otacílio Negreiros.

Nessa feira cultural, além da exposição dos produtos, foi apresentada a Lenda Poética do Guaraná Cereçaporanga, do poema escrito por Homero de Miranda Leão.

No ano de 1978, conforme relata Esteves, “A Empresa Amazonense de Turismo (Emantur) e a Secretaria de Indústria e Comércio do Amazonas copiaram o evento de 1964 e 1973 realizados em Maués, organizaram em 1978 uma exposição de cunho comercial sobre o guaraná, na praça São Sebastião em frente ao Teatro Amazonas no centro metropolitano de Manaus”.

Para o prefeito da época, Carlos Esteves, que participou do evento juntamente com os professores locais, que mostraram um *stand* com os produtos feitos do guaraná, como também o artesanato do guaraná, ainda uma novidade no Estado.

O evento feito pelos referidos órgãos governamentais foi conceituado como uma “aberração”, pois Maués é quem produzia o guaraná, dispondo de todas condições naturais e culturais para oferecer ao turista.

Um ano depois, em 1979, o prefeito Carlos Esteves reuniu as classes sociais do município, empresários, comerciantes, estudantes, produtores do guaraná e entidades locais, para apresentar sua proposta de criação da Festa do Guaraná de Maués. E toda a comunidade aprovou a iniciativa do prefeito, todos se comprometeram em ajudar na realização do evento, pois sentiam a necessidade de organizar uma festa que celebrasse o produto e o guaranaicultor de Maués.

A pedido do prefeito, o Governo do Estado enviou dois técnicos da Emantur para uma reunião com as classes sociais e a presença do prefeito. Na reunião, os técnicos alegaram que o município de Maués não tinha estrutura hoteleira e muito menos material humano para realizar a promoção. Mas foi feita uma votação nessa reunião, na presença dos técnicos, e as classes sociais do município, por unanimidade, votaram a favor da criação do evento em Maués.

E finalmente, “no período de 29 de novembro a 2 de dezembro, do ano de 1979, é realizada, na praça da Matriz de N. S. da Conceição, a 1.ª Festa do Guaraná de Maués-Amazonas, iniciativa do prefeito municipal Carlos José Esteves” (*Revista da Festa do Guaraná*, 1979, p. 1).

Essa primeira festa do guaraná teve apoio da sociedade local, Emantur, Secretaria de Indústria e Comércio do Amazonas, Federação das Indústrias do Amazonas, Associação Comercial do Amazonas, alguns empresários de Manaus e principalmente do governador do Estado, Dr. José Lindoso, grande incentivador da festa.

A Festa do Guaraná de Maués é o 1.º evento cultural e popular genuinamente amazonense, pois o produto é cultivado pelos índios da tribo dos Maués desde os primórdios na região dessa importante cidade do Amazonas.

Até 1978, só havia no Amazonas uma festa interiorana, que era o Festival Folclórico de Parintins, criado em 1965, com o duelo de Caprichoso e Garantido, sendo hoje a maior festa folclórica e cultural do Amazonas e do Brasil. Com a realização da Festa do Guaraná de Maués, o Estado contava com duas festas no interior: o Festival Folclórico de Parintins e a Festa do Guaraná de Maués, atualmente as duas maiores e tradicionais festas culturais e populares do Estado.

Carlos ainda relata “que, por incrível que pareça, com todas as dificuldades financeiras... A Festa do Guaraná ganhou espaço com mais facilidade no cenário nacional do que o próprio Festival de Parintins. Tivemos uma Festa do Guaraná (1980) que foi transmitida pelo Fantástico da Rede Globo, isso quando não se falava em boi”. Foram três minutos de reportagem, onde muitos mauesenses espalhados pelo Brasil ligavam alegres para Maués, falando do sucesso da festa e das belezas naturais do município mostradas para o país.

Durante a década de 1980, o prefeito Edilson Negreiro sempre realizou o evento no largo Marechal Deodoro, no centro de Maués. Em 1988, em razão do não repasse de recursos para a festa por parte do Governo do Estado, não foi realizada a 9.ª Festa do Guaraná.

Já em 1989, o prefeito municipal em exercício, Walbel Mafra Carneiro Monteiro (Beto Mafra), torna oficial e obrigatória a realização da Festa do Guaraná no município de Maués, “através da Lei Municipal n.º 19, de 5 de junho de 1989” (*Livro de Leis Municipais*, 1989-1993, p. 16-17).

E nesse ano, a 10.ª Festa do Guaraná é realizado no Basa Clube de Campo, no bairro de Santa Tereza, zona sul da cidade. Já nos anos 90 do século passado, a festa passou a ser realizada no anfiteatro denominado de Guaranódromo ou Praça do Guaraná, no bairro Coronel Negreiros, zona leste da cidade. Isso na administração do prefeito municipal Luiz Macedo Cavalcante, que em entrevista à revista *Expressão*, de fevereiro de 1990, criticou duramente a Emantur, organizadora da festa, afirmando “que a Emantur não fazia nada para apoiar o turismo em nenhum ponto do interior”, acusava o prefeito Luiz Macedo (*Expressão*, 1990, p. 55).

A partir de 1994, a 15.ª Festa do Guaraná, por sugestão do vereador Valdeci de Almeida Serra, acatada pelo então prefeito Humberto Michiles, a festa é transferida do Guaranódromo para a praia da Ponta da Maresia, principal praia da cidade. O evento, porém, ainda estava restrito à alta sociedade do município, enquanto o “povão” ficava separado por um cercado, que dividia a área do palco e o povo.

Ao assumir o governo do município, em 1995, o vice-prefeito de Maués, Sidney Leite, promoveu, na rádio A Crítica FM, uma enquete, pedindo a opinião da população local, com relação à permanência ou a retirada do cercado. E o povo de Maués votou a favor da retirada do cercado.

E a partir daí, a festa teve mais participação popular. Em 1995, o prefeito Sidney Leite idealizou uma ousada política de evento, que possibilitou a transmissão via satélite da Festa do Guaraná de Maués para o Brasil e do mundo, por meio da Rede Amazônica de Televisão.

Já na 19.ª edição da festa, o grupo de dança Maraguás, com apoio da secretária de Cultura do município, Margareth Mc. Comb, e do prefeito Carlos Esteves, apresenta no palco da festa o “Mito do Guaraná Sateré-Mawé”, mito de origem do guaraná e da tribo que é relatado pelos mais antigos tuxauas da etnia.

Na festa do guaraná, além da apresentação de bandas regionais, é realizado o concurso de traje típico das candidatas à rainha do produto, a Lenda do Guaraná Cereçaporanga (versão poética), o Mito do Guaraná Sateré-Mawé (versão originária indígena), o concurso da Rainha do

Guaraná, ritual da tucandeira e entre outras manifestações culturais do município.

Em 2001, o evento sofreu fortes golpes na sua face cultural, de um grupo político que talvez nega as suas raízes culturais, o qual retirou da programação do evento a carreata de abertura da festa, o concurso da rainha, o mito do guaraná e outras apresentações, da programação oficial do evento.

Decisão que foi contestada principalmente pelos jovens do grupo de dança Maraguás, que promoveram, em novembro de 2001, uma manifestação popular de repúdio contra tal decisão no plenário da Câmara Municipal de Maués. O fato foi conceituado pelos membros do grupo como perseguição política por parte da prefeitura municipal.

Mas a partir do ano de 2003, o governo passou a organizar a festa do guaraná em parceria com a Prefeitura de Maués, e o evento vem melhorando bastante ultimamente. O governador do Estado, Eduardo Braga, presente em Maués na 24.^a Festa do Guaraná, versão 2003, anuncia a construção do “Parque do Guaraná ou Guaranódromo”, anfiteatro com toda uma estrutura para a realização da festa, que está orçado em mais de R\$ 12 milhões.

Já visando o possível duelo cultural entre Lendas Poéticas do Guaraná de Cereçaporanga e o Mito do Guaraná dos Índios Maués, a famosa disputa das “Lendas do Guaraná de Maués”, tendo em vista que Maués conta com um rico patrimônio sociocultural, sem contar com suas maravilhosas praias de areia branca.

Na trajetória de apresentação das lendas e mitos do guaraná do evento, foram personagens de Cereçaporanga: M.^a do Perpétuo Socorro de Miranda Santos, Graça Yamané, Neila Saunier, Ana Mendes, Maristela Jardim, Jânia Paz, Suzana Mendes, Mara Júlia Cardoso e Marilene. No personagem índio viril mundurucu, Paulo Eduardo, Altanizio Moreira, Peterson Bruno Cardoso.

Já no mito do guaraná os intérpretes foram: Deusa Onhiamuaçabê: Mara Júlia Cardoso, Andreza Nara Santos, Alcimara Santos (Rainhas do Guaraná 2000 e 2001) e Rosilene Dutra. Homem Serpente: Adailton Paz, Rogério Paz, Adriano Cruz e Imar de Negreiros

E o personagem Curumim: Wederson Cardoso, Nilson Batista (Baratinha) e Aldo Cardoso.

A cada ano a Festa do Guaraná de Maués vem ganhando proporções gigantescas, podendo superar futuramente o grande Festival

Folclórico de Parintins, se caso receber mais investimentos para a sua infraestrutura e principalmente para as suas apresentações culturais.

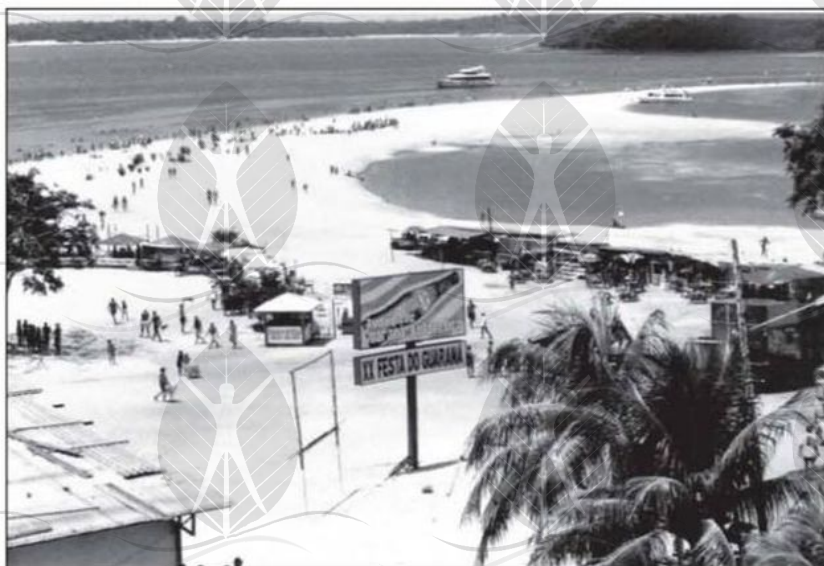


Lançamento da "1.ª Festa do Guaraná de Maués" em 1979



Apresentação da Lenda do Guaraná Cereçaporanga na Festa do Guaraná de Maués em 1979

Praia da Ponta da Maresia,
local onde é realizada
desde 1994 a grande Festa
do Guaraná de Maués,
Amazonas



Disputa de traje típico das
candidatas à Rainha do
Guaraná

Apresentação da Lenda Poética do Guaraná de
Cereçaporanga na 20.^a Festa do Guaraná



Rainhas do Guaraná
1979-2003

Naira Sarquis	1979
Sandra Said	1980
Ruth Rathychuell	1981
Claudiana Barata	1982
Neila Saunier	1983
Silvia Presley	1984
Simone Afonso	1985
Leonora Mc Comb	1986
Márcia Araújo	1987
Não foi realizada a festa.	1988
Ivone Marques	1989
Patrícia Barbosa	1990
Rosana Pereira	1991
Geane Martins	1992
Glauciara Negreiros	1993
Leonora Saunier	1994
Daniely Aguiar	1995
Erivane Ferreira	1996
Sigliane Negreiros	1997
Mayane Perrone	1998
Lucélia Vieira	1999
Alcimara Santos	2000
Andreza Nara Santos	2001
Keitiane Cadeite	2002
Klícia Dyane dos Santos	2003

História do Guaraná de Maués – Mito do Guaraná dos Índios Mawés

Antigamente, contam os índios Mawés, que na região do rio Mawé-Açu, existiam três irmãos: Ocuamatô, Icuaman e Onhiamuaçabê. Onhiamuaçabê era dona do Noçokem, um lugar encantado no qual ela havia plantado uma castanheira.

A jovem não tinha marido, porém todos os animais da selva queriam viver com ela.

Os irmãos, ao mesmo tempo, a queriam sempre em sua companhia, porque era ela quem conhecia todas as plantas com que preparava os remédios de que precisavam.

Uma cobrinha, conversando com outros animais, certa vez, disse que Onhiamuaçabê acabaria sendo sua esposa.

Foi então espalhar pelo caminho por onde ela passava, todos os dias, um perfume que alegrava e seduzia.

Quando Onhiamuaçabê passou pelo caminho, aspirando o perfume, disse: “Que perfume agradável”.

A cobrinha, que estava próxima, disse a si mesma: “– Eu não dizia? Ela gosta de mim”.

E, correndo, foi extirar-se mais adiante, para esperar a moça. Ao passar ao lado, tocou-a levemente numa de suas pernas.

Isso só bastou para que a moça ficasse prenha, porque antigamente uma mulher, para que isso acontecesse, bastava ser olhada por alguém, homem, animal ou árvore, que a desejasse para esposa.

Os irmãos de Onhiamuaçabê, porém, não queriam que ela casasse com gente, animal ou árvore que tivesse filho, porque era ela que conhecia todas as plantas, que preparava os remédios de que precisavam.

Por isso, quando a moça apareceu prenha, os irmãos ficaram furiosos. E falaram, falaram e falaram, dizendo que não queriam vê-la com filho. Chegou o dia do nascimento da (filho) criança.

A moça, depois do parto, no barracão feito por ela mesma, levou a criança e tratou de criá-la.

Era um menino bonito e forte, e cresceu forte e bonito até a idade de falar. Logo que pôde falar, o menino desejou comer as frutas de que os tios gostavam. A moça contou ao filho que, antes de senti-lo nas entranhas, plantara no Noçokem uma castanheira, para que ele comece os frutos, mas que os irmãos, expulsando-a da companhia deles, se apoderaram do Noçokem.

Além disso, os irmãos da moça tinham entregado o sítio à guarda da cotia, da arara e do periquito.

O menino, porém, continuou a pedir de Onhiamuaçabê, mãe dele, que lhe desse a comer as mesmas frutas que os tios comiam.

Um dia, então, Onhiamuaçabê, a moça resolveu levar o filho ao Noçokem para que comesse castanha.

Assim, indo a cotia ao Noçokem, viu no chão, debaixo da castanheira, as cinzas de uma fogueira, onde haviam assado castanhas.

A cotia correu e foi contar o que vira aos irmãos da moça. Um deles disse que talvez a cotia havia se enganado; o outro disse que não podia ser verdade. Discutiram. E no final resolveram mandar o macaquinho-da-boca-roxa tomar conta da castanheira. Ao ver se aparecia gente por ali. O menino, que havia comido muitas castanhas e cada vez mais as cobiçava, já conhecendo o caminho do Noçokem, tornou ir lá no dia seguinte.

Ora, os guardas do Noçokem, que tinham ido adiante, com ordem de matar quem ali encontrassem, viram o menino subir às pressas à castanheira.

E estando próximos, bem próximos, ocultos por outras árvores, tudo observando, correram e foram esperá-lo debaixo da castanheira, com uma cordinha, para decepar a cabeça do comedor de castanhas.

Dando por falta do filho, a mulher já se havia posto a caminho, para buscá-lo, quando lhe ouviu os gritos.

Correu em direção do filho, mas já o encontrou decepado às mãos dos guardas.

Arrancando os cabelos, chorando e gritando sobre o cadáver do filho, a moça Onhiamuaçabê disse:

“- ESTÁ, BEM MEU FILHO, FORAM TEUS TIOS QUE MANDARAM TE MATAR, ELES PENSARAM QUE TU FICARIAS COITADINHO, MAS NÃO FICARÁS”.

Arrancou-lhe o primeiro olho esquerdo e plantou-o. A planta, porém, que nasceu desse olho não prestava, era o guaraná falso (o guaranarana).

Arrancou-lhe o olho direito e plantou-o. Desse olho nasceu o guaraná verdadeiro. E continuou a conversa com o filho, como se ela o sentisse vivo, foi anunciando: “- TU, MEU FILHO, SERÁS A MAIOR FORÇA DA NATUREZA; TU FARÁS O BEM A TODOS OS HOMENS; TU SERÁS GRANDE; CURARÁS AS DOENÇAS DO MUNDO. TEU ÇAK-PÓ SAGRARÁ TODAS AS FESTAS E RITOS. O AMOR FARÁ

DE TI UM SÍMBOLO, TODOS OS AMIGOS E INIMIGOS FALARÃO TEU NOME. PORQUE ÉS FILHO DE TUPÃ. E, em seguida, juntou os pedaços do corpo do filho. Mascou, mascou as folhas de uma planta mágica, lavou com sua saliva e o suco dessa planta o cadáver do filho e o enterrou”. E o solo fértil escolhido virou sagrado para sempre (refere-se à região do município de Maués, o maior produtor de guaraná do mundo).

Cercou-lhe a sepultura com estacas e deixou um dos seus guardas de inteira confiança vigiando-a.

Passando alguns dias, o Caraxuê, ouvindo barulho na sepultura, correu, correu e foi avisar Onhiamuaçabê.

A moça veio abrindo o buraco da sepultura e de dentro dele saiu o macaco Coatá. Onhiamuaçabê soprou sobre o macaco Coatá e o amaldiçoou, dizendo: – ANDARÁS SEM REPOUSO PELOS MATOS.

Fechou de novo a sepultura e lançou-lhe em cima o sumo da planta mágica com que lavava o cadáver.

Dias depois, o Caraxuê foi avisá-la de que ouvira um barulho na sepultura do menino. A moça veio, abriu o buraco e dele saiu o cachorro-do-mato Caiarara.

Ela soprou sobre ele e o amaldiçoou, para que ninguém o comesse.

Fechou de novo a sepultura e foi-se embora. Dias depois o Caraxuê foi avisar que ouvira barulho de novo dentro da sepultura.

Onhiamuaçabê foi até lá: abriu o buraco da sepultura e dela saiu o porco-queixada, levando os dentes que deveria caber a todos os MAUÉS e a todos os homens.

Onhiamuaçabê expulsou também o porco-queixada.

À proporção que saía um bicho da sepultura do menino e era expulso, a planta do guaraná ia crescendo, crescendo.

Passando alguns dias, o Caraxuê ouviu barulho da sepultura e foi avisar Onhiamuaçabê.

Ela veio de novo, abriu a sepultura e dali saiu uma criança que foi o primeiro ÍNDIO SATERÉ-MAUÉ, QUE FOI A ORIGEM DA TRIBO.

Esse menino era o filho de Onhiamuaçabê, que ressuscitara.

Onhiamuaçabê agarrou, sentando-o nos joelhos. E pôs-lhe um dente na boca feito de terra.

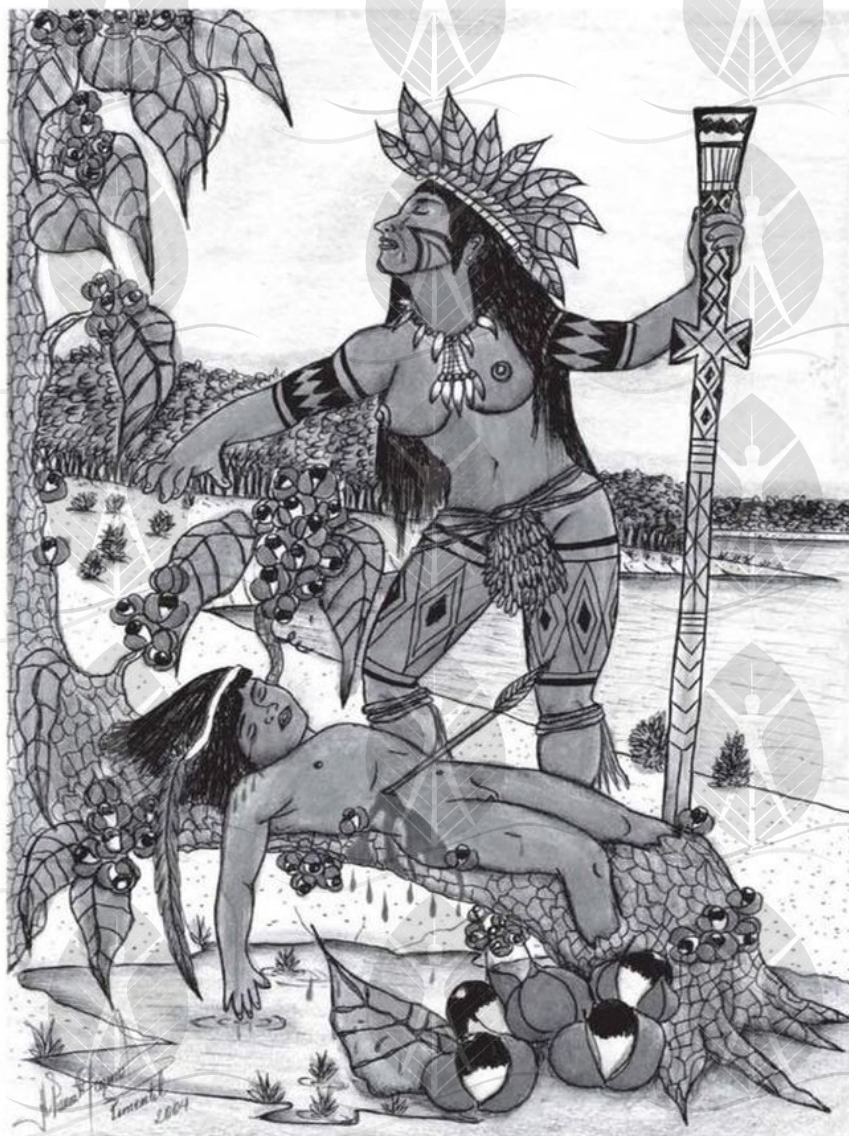
É por isso que os MAUÉS procedem de cadáver e os seus dentes apodrecem.

A mulher foi lavando tudo, tudo, devagarinho: os pés, a barriga, os braços, o peito, a cabeça do menino com o sumo da planta mágica que mastigara.

Quando era entretida fazendo isso com o filho, os irmãos chegaram de repente e a obrigaram a deixar de lavar o corpo do menino.

Esse é o motivo pelo qual os MAUÉS não mudaram de pele como cobra.

A história do guaraná
O mito do guaraná dos índios Mawés



HISTÓRIA DO GUARANÁ RELATADA PELOS ÍNDIOS DA TRIBO MAWÉ. ESSE REFERIDO MITO FOI TRÊS VEZES APRESENTADO NO PALCO DAS FESTAS DO GUARANÁ DE 1998, 1999 E 2000. APRESENTAÇÃO TEATRAL QUE MOSTRA A COSMOGONIA DE ORIGEM DO GUARANÁ E DA TRIBO SATERÉ-MAWÉ – MUNICÍPIO DE MAUÉS-AM



A Lenda Poética do Guaraná Versão Cereçaporanga

“Cereçaporanga
era a mais bela
da taba dos “Maués”...

Por isso aquela
Afeição dos selvagens
Que a resguardavam
Muito mais que às irmãs...

Eis que surge, no entanto, em seu caminho
Um índio viril
E, de pronto,
Violenta paixão
Lhe irrompe
No coração...

Resistência tenaz
Foi-lhe, porém, oposta
A essa união!...

Mas Cereçaporanga,
Insubmissa,
Resiste à opressão...
Foge, com o bem-amado!...

A tribo se levanta!...
Tambores vibram!
Índios, afoitos, percorrem
A selva
De flecha
À mão...

É a caça ao sedutor!...
Mas... ante o espanto dos “Maués”,
Do bando ante o torpor,
Ao pé da velha árvore,
Fulminados
Por um raio certo,
Dormiam, para sempre,
Os dois enamorados...
E dos olhos de Cereçaporanga,
Tempos depois,
No solo verdejante



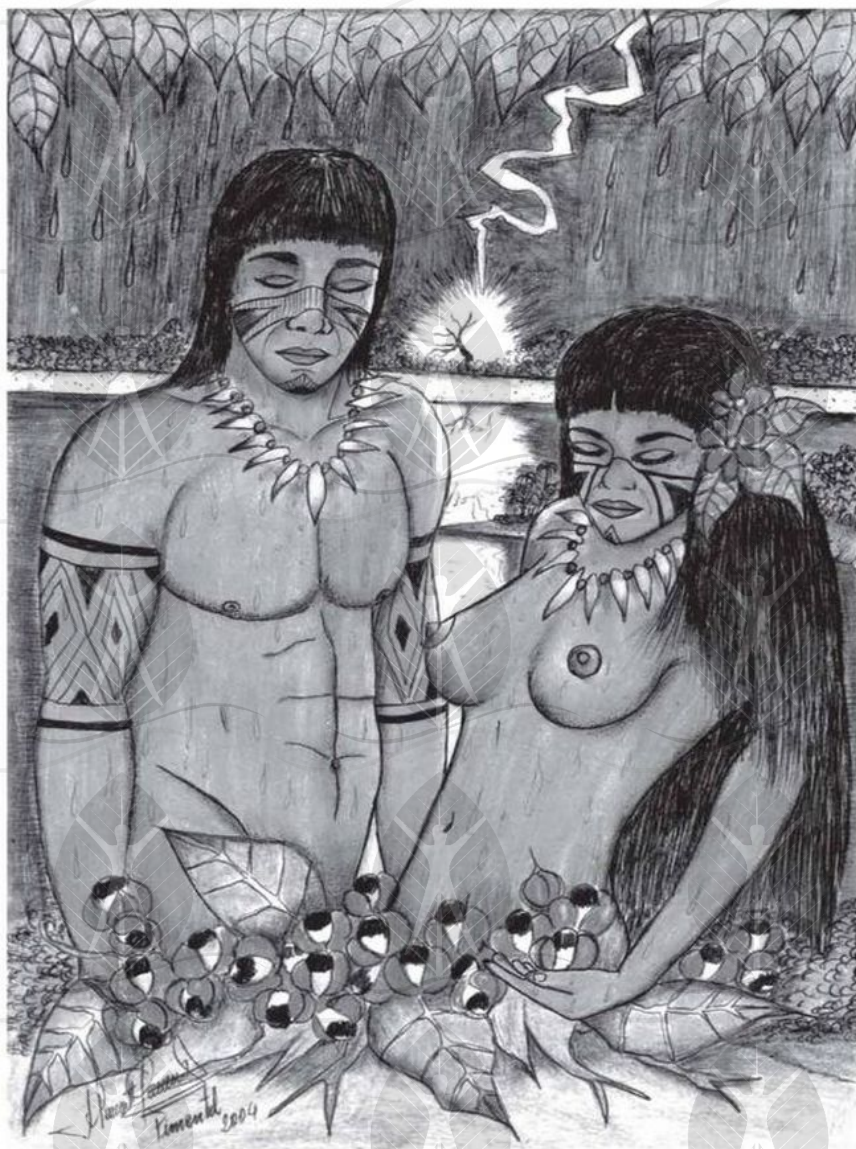
Nascia o Guaraná...

E de seu amor verdadeiro
Amor desfeito pela sorte má
Ficou esta lenda comovida
Que diz do amor e da vida
Dos Mawés”.

HOMERO DE MIRANDA LEÃO
(Da obra *Mundurucânia – versos e poemas*, p. 49-50)

A Estória do Guaraná – A Lenda Poética Cereçaporanga de Homero

Poema “O guaraná”



Estória do Guaraná do poema de Homero de Miranda Leão. É apresentado anualmente no palco da Festa do Guaraná de Maués como a verdadeira origem do produto. No entanto, é um simples poema, pois a verdadeira origem provém da etnia Sateré-Mawé, da história ocorrida no paraíso místico Noçokém

Anselmo Encantado

Na cidadezinha onde nasci, Maués (no médio Amazona), na década de vinte (20), nasceu um robusto menino. Quando sua mãe engravidara, ele chorava repetidas vezes no ventre de sua genitora, alternando esse acontecimento ora de dia, ora à noite.

Nesse tempo, quando dona “IAIÁ MACEDO” começou a sentir dor de filho, seu marido “JOSÉ MACEDO” correu a chamar a senhora “JOANA PAZ”, parteira afamada da região para partejar. E debaixo de um enorme temporal, precisamente ao meio-dia, veio ao mundo o Sr. “ANSELMO MACEDO”.

Uma espécie de mágico-curandeiro (no entanto, não incorporava), desde criança tinha qualidades sobrenaturais. Profundo conhecedor das curas milagrosas e ervas medicinais. Partejava, benzia quebranto, rezava e costurava rasgadura, alocava ossos (pegador de desmentidura), tirava mau-olhado, rezador por excelência de dor de cabeça, curava mordida de cobra com a própria saliva. Fazia todos os remédios com produtos da floresta. Afamado “Dr. RAIZ”. Via o passado, futuro e advertia o presente. Todo mauesense um dia precisou dos favores terapêuticos ou da medicina alternativa do Sr. MACEDO.

Era muito querido e popular, como se diz por estas bandas: “MAIS CONHECIDO DO QUE FARINHA”.

A criançada o adorava, viviam a cercá-lo, fazia pião, jogava bolinha de gude e empinava papagaio com a meninada, contava o Sr. XISTO CARNEIRO.

Residia na avenida Dr. Pereira Barreto, n.º 127, antiga Câmara Municipal, e sua família possuía um sítio na costa da Vera Cruz. Exímio pescador, conhecedor dos coiós e bibocas dos lagos, lagoas, igapós, restingas, furos, paranás e cabeceiras de rio. Trajava calça grossa, de mescla ou brim, camisa de mangas compridas também grosseira. Na cabeça usava um enorme chapel da fibra de murumuru; estatura mediana de cor morena; os olhos sempre avermelhados querendo saltar a qualquer momento (parecidos com o pássaro tucuã), talvez por gostar de bebericar uma cachacinha e fumar cigarrinho tawari. Era um grande gozador e brincalhão. Costumava andar sempre com uma, duas, três ou mais cobrinhas ocultas. Elas eram adestradas pelo próprio, tinha o hábito de enfurecê-las e a qualquer momento parecia querer saltar em cima de alguém. No entanto, a um sinal seu elas voltavam a seu estado normal. Punha sobre a rua da frente as respectivas cobras e realizava

memoráveis “pegas” entre elas, que passavam a rastejar, o mais depressa possível, na grande pista improvisada. Uma similar fórmula 1 de corrida de cobras, em plena Maués. Era a maior diversão de Anselmo e do povo da época.

Transformava folha de árvore em dinheiro e vice-versa. Era cheio de truques e peripécias, excelente gozador.

À “boca da noite”, costumava bater papo até alta hora na calçada da casa da Sr.^a “Maroca Patacho Benchaya”, se embalando na cadeira de embalo à luz de lampião.

Uma vez, atravessando o rio Maués-Açu, em plena luz do dia, entre a Ponta da Maresia e a Ilha de Vera Cruz, em frente à moradia do Sr. José Paraibano, pai de Zezinho e Piro, “ANSELMO SUMIU”.

Pescadores e camponeses saíram à sua procura. Jogam tarrafa, fazem arrastão, fazem a simpatia da cuia. Nada. Não encontraram seu corpo, somente localizaram remo, chapéu e sua canoa, mais uma vez, afirmo: nunca encontraram o corpo de ANSELMO, simplesmente desapareceu.

A partir daquele dia fatídico, passou-se a crer que o Sr. Macedo não morreu, simplesmente se encantou, preferindo morar no fundo do rio em forma de cobra-grande.

Quando os pescadores passam perto do lugar onde ele sumiu, pede com voz baixa para ser desencantado por um homem que tenha coragem de colocar em sua boca (depois do terceiro banzeiro) uma porção de leite de vaca preta e de leite materno. Segundo sua vontade, “incorporado” em Velha D’alva – curandeira da cidade. Anselmo disse não mais querer se desencantar, preferindo residir no fundo do rio.

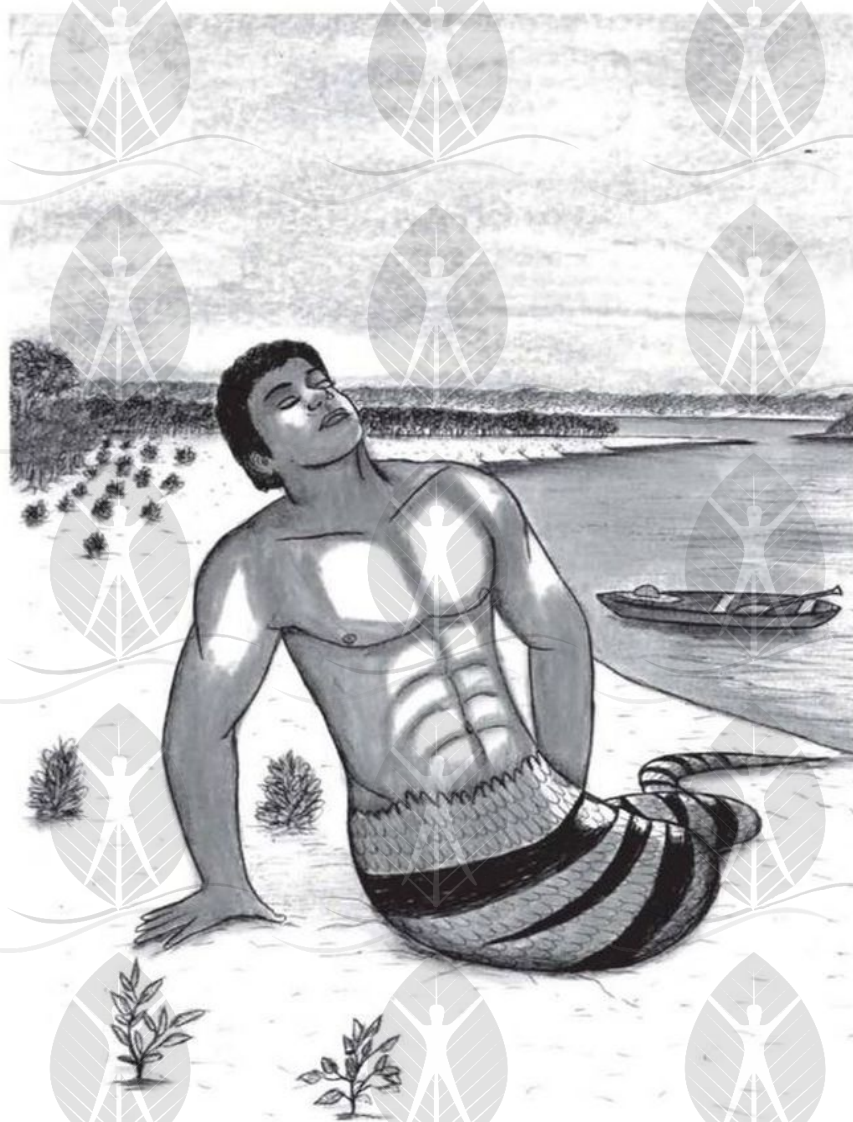
As pessoas creem que de vez em quando o Sr. Macedo aparece em forma de homem, todo de branco, boto e cobra-grande. Seu local preferido é a praia da Maresia, praia do Lombo, visita os bailes, passeia pelas ruas da cidade em alta hora da noite. Muita gente “jura” que já o avistou nas noitadas, principalmente após a meia-noite.

Todo mauesense sabe contar a estória do Sr. Anselmo ou já ouviu algo a seu respeito. Dizem que quando se “engera” para cobra-grande, sua cabeça fica embaixo da praia da Maresia. Atualmente, “baixa” nos terreiros e searas de Velha D’alva, Mãe Preta, Pai Saravá, Pai Anastácio e outros.

Como acabamos de ver neste pequeno relato, que o Sr. “ANSELMO MACEDO” continua em sua trajetória a trilhar o caminho do bem à sua

maneira de ser e do que é. Pura credence popular. Vai, Anselmo, sua alma continua viva na alma do povo do lugar.

Fonte de Pesquisa –
Relatos de:
Almir Gomes de Almeida
Ademir Doce
Joana Paz (falecida)
Guiumar Maciel
Luzia Macedo (filha de Anselmo)
Esmael Pinheiro
Flora Benchaya (falecida)
Castorina Esteves (falecida)
Maura Leite
Xisto Carneiro (falecido)
Pesquisa: Barro Mafra, 1993



Lenda do Anselmo Encantado, que segundo a tradição da população antiga de Maués, ele teria sido encantado, transformando-se em uma grande serpente, guardiã da praia da Ponta da Maresia e da Ilha das Conversas, localizada em frente à cidade de Maués-AM

MAUÉS – CIDADE SITIADA “O 5 DE OUTUBRO DE 2000”

No dia 3 de outubro de 2000 ocorre em Maués a eleição para a escolha do novo prefeito municipal. Disputavam as eleições daquele ano os candidatos Alfredo Moreira, Carlos Esteves e Sidney Leite. O prefeito Carlos Esteves concorria à reeleição.

Após a contagem dos votos das 70 urnas eletrônicas de toda a zona eleitoral do município, é eleito prefeito municipal o Sr. Sidney Ricardo de Oliveira Leite, candidato do tradicional grupo Michiles. O resultado causou insatisfação nos milhares de eleitores dos grupos Esteves e Almeida, que alegaram ter tido possíveis fraudes nas eleições municipais de Maués. E na tarde do dia 5 de outubro daquele ano, foi organizada uma grande manifestação popular que se concentrou no bairro Ramalho Júnior, zona norte da cidade, cujo objetivo era a reivindicação para a anulação das eleições de Maués.

A manifestação contou com a participação de mais de 6.000 pessoas, que se dirigiu rumo ao Fórum da Comarca, no Centro, que pedia transparência nas eleições municipais. Naquela tarde havia poucos policiais militares fazendo a guarnição no fórum. Os manifestantes gritavam pedindo justiça e se aproximavam da sede do fórum. Em um dos momentos, um dos policiais atirou em direção dos manifestantes, atingindo um adolescente de 12 anos, o qual foi levado às pressas ao pronto-socorro do Hospital da Susam do município, e depois encaminhado para Manaus.

Tal atitude enfureceu os manifestantes, que reagiram atirando pedras, foguetes e pedaços de madeiras contra os policiais e contra o edifício do fórum. Os policiais revidaram com disparos para cima, o que enfureceu ainda mais a multidão.

Dentro do fórum estavam os funcionários dos Cartórios do 1.º e 2.º Ofícios e Eleitoral, que ficaram presos em função da manifestação.

A fúria dos manifestantes, composta por adultos, jovens, adolescentes e idosos, intimidou a polícia, que recuou, deixando o fórum sem segurança, atingido com pedradas, destruindo as vidraças das janelas do prédio e as portas da agência do Banco do Brasil, que funciona no primeiro piso do edifício, “ficando com um prejuízo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)” (jornal *A Crítica*, outubro de 2000, p. A-3, Polícia). Ninguém descobriu quem levou a gasolina que provocou o incêndio do fórum. Por volta das 18h20 daquele dia, era possível observar, da praça

da Matriz, as grandes labaredas de fogo, que destruíam rapidamente a sede do Poder Judiciário da comarca do município. E visto que nesse mesmo dia, 5 de outubro de 2000, Maués completava 105 anos de sua elevação à categoria de comarca (1895-2000).

Ao meio do tumulto, era possível observar um cinegrafista filmando a manifestação da sacada de uma residência na avenida Dr. Pereira Barreto, próximo ao fórum.

A situação ficou tão truculenta, que elementos desconhecidos foram ate a estrada dos Moraes e cortaram os cabos da rádio Independência, que veio abaixo ficando toda danificada.

Informado da situação ocorrida em Maués, ainda na quinta-feira, o presidente do **TRE-AM**, desembargador Roberto Hermidas de Aragão, comunicou ao presidente do **TSE**, em Brasília, ministro Nery da Silveira, bem como o governador do Estado, Amazonino Mendes, o qual ordenou ao secretário de Estado da Segurança, Klinger Costa, para enviar forças militares a Maués, a fim de acalmar a situação.

Na madrugada do dia 6, pouso na pista escura do aeroporto Bento Ribeiro Dantas, um avião “búfalo”, do Exército, com dezenas de policiais militares e de choque da capital, os quais iniciaram a busca aos culpados pelo incêndio do fórum da comarca do município.

Por via fluvial, chegou da cidade de Parintins mais reforço militar. A força militar impôs o toque de recolher em toda a cidade, e os cidadãos civis, encontrados pelas praças ou logradouros públicos, eram espancados brutalmente e recolhidos à unidade prisional da cidade.

Com base no relatório da **OAB/Amazonas**, apresentamos alguns depoimentos das pessoas que sofreram tamanha arbitrariedade por parte da polícia, expressando claramente o horror e a violência vivenciados pela população civil da cidade de Maués.

“Raimundo de Souza Matos (Padilha), no dia 7 de outubro, nas proximidades de seu trabalho, foi abordado por policiais da Polícia de Choque, do sargento Paiva (da polícia local), e um policial à paisana, que lhe deram voz de prisão, dizendo para ele entregar outras pessoas. Ele respondeu que não estava na manifestação e levou um tapa no ouvido, pelo policial à paisana, que o jogou para cima do policial de Choque, que o colocou de joelhos e com um cassetete bateu-lhe várias vezes na mão e em seguida levou um chute no estômago. Depois, foi levado à penitenciária local, onde aguardou até às 12h, quando foi libertado por um major da PM” (OAB/AM, *Relatório Preliminar*, Maués, 2000, p. 3).

Nesse mesmo relatório foi possível ratificar o ato arbitrário de toque de recolher imposto pela polícia em toda a cidade de Maués, município com mais de 40.000 habitantes, nos revelando o tamanho desrespeito aos Direitos Humanos, violados naquele período, conceituado de ditadura militar. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) local, na pessoa do professor Elias Souza e alguns vereadores, manteve contato com os advogados da OAB/AM, que vieram a Maués para apurar a situação que se consumou no presente Relatório Preliminar que nos apresenta esses depoimentos.

“Maria Neide Paiva de Matos. Os policiais de Choque chegaram em sua casa perguntando por seu filho, tendo ela respondido que ele não estava lá. Eles arrombaram a porta e invadiram a casa sem permissão, dizendo a ela que tinham ordens (de quem?) para levá-lo vivo ou morto, e que tinham duas balas para ele. Disseram ainda que ninguém poderia ficar na rua a partir das 21h” (OAB/AM, *Relatório Preliminar*, Maués, 2000, p. 3).



Policiais militares em frente ao edifício do Fórum da Comarca de Maués, todo destruído pelo fogo. Maués, outubro de 2000

Ainda no dia 6, as Forças Militares do Governo do Estado fecharam todos os estabelecimentos públicos de ensino do município. Em seguida, invadiram a residência do prefeito municipal Carlos Esteves, prendendo seus três filhos, deixando a casa daquela autoridade

toda saqueada e revirada. “A ação criminosa dos policiais foi condenada pelos representantes da OAB/Amazonas...” (OAB, *Relatório Preliminar*, Maués, 2000, p. 7).

A situação na cidade ficou num clima de tensão e medo, o que levou o jovem repórter Alcinei Pimentel a relatar os fatos ocorridos em Maués com relação à impunidade e violação dos Direitos Humanos por parte da polícia. Alcinei notificou por telefone para a rádio “A Crítica” de Manaus, empresa que possui uma estação de rádio no município.

Momentos após a transmissão da notícia, o diretor da rádio A Crítica de Maués, “da época”, noticia, equivocadamente, afirmando que “a polícia não estava espancando ou torturando cidadãos civis do município, que a situação estava sob controle”. No entanto, diversas pessoas foram detidas. Eram cruelmente torturadas na penitenciária do município e expostas à humilhação. A polícia envia para Manaus 31 pessoas suspeitas de estarem envolvidas no incêndio do fórum.

O edifício do fórum ficou completamente destruído, o Cartório do 2.º Ofício da Comarca perdeu todo o seu arquivo. Já o Cartório do 1.º Ofício, “o mais antigo”, criado em 1895, ainda teve seu arquivo poupado pelo incêndio, mas alguns documentos conservados nas estantes perderam-se no incêndio. As salas da Promotoria, dos juízes e a dos oficiais de Justiça ficaram completamente destruídas.

A notícia do incêndio do fórum de Maués e os espancamentos seguidos de tortura repercutiram em níveis regional e nacional, sendo considerada a maior revolta popular pós-eleição da região amazônica. Houve outras manifestações em outros municípios, como em Tefé, no Solimões, onde a população enfurecida invadiu a prefeitura municipal da cidade, deixando-a toda revirada. Em Iranduba, a população realizou o simbólico enterro do prefeito reeleito Muniz.

Até hoje o processo da violação dos direitos da pessoa humana e dos culpados pelo incêndio ao fórum tramita na Justiça, mas os policiais que torturaram a população e os verdadeiros incendiários do fórum não foram punidos e nem identificados.

O deputado estadual Alfredo Almeida, filho do município, naquelas horas difíceis pela qual passava o povo de sua terra, usou a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado, cobrando do governador Amazonino Mendes providências para intervir na ação militar em Maués, onde a população estava sendo torturada e humilhada.

Aquele 5 de outubro de 2000 ficou marcado nos anais da História do município, que pagou um preço tão alto, sendo o seu povo vítima inocente do ódio.



Jornal *A Crítica*, interior do fórum de Maués após o incêndio de 5 de outubro de 2000



Colaboradores:

Pe. Edison Ferreira da Silva (vigário de Maués)

Helena Said Negreiros

Francisco Canindé Góes

Alessandro César Baraúna de Oliveira

Waldo Mafra Carneiro Monteiro

Rafael Faraco

Família Sarquis (rua Rui Barbosa, Maués)

Irinel Carneiro Gomes

Patrocinador: Francisco Magaldy

Cronologia histórica

1669 – Fundação da vila de Maguases (atual Maués). E descoberta do guaraná pelo frei jesuíta João Felipe Bettendorf.

1759 – A decadência de Maguases.

1798 – Restauração de Maguases com a fundação da povoação de Luséa e criação da paróquia de N. S. da Conceição.

1803 – Criação da missão de Maués.

1819 – Cresce o comércio do guaraná de Luséa para o Mato Grosso e República da Bolívia.

1832 – A revolta dos índios Mawés à invasão da missão.

1833 – É criado o município de Maués por Decreto Provincial paraense de 25 de junho de 1833, artigo 28.

1834 – O carmelita frei Joaquim de Santa Luzia institui a Festa do Divino Espírito Santo.

1835-1840 – A revolta da Cabanagem, sendo a vila de Maués o último foco da resistência rebelde na amazônia.

1850 – Cria-se a Província do Amazonas, sendo Maués um dos 4 (quatro) municípios existentes.

1852 – Do município de Maués é desmembrada a freguesia de Vila Bela da Imperatriz (atual Parintins), elevada à categoria de vila e município.

1856 – É desmembrado o termo de Maués, a freguesia de Santo Antônio de Araretama (atual cidade de Borba).

1865 – A sede do município passa a chamar-se “Conceição”, projeto do deputado provincial José Bernardo Michiles – em homenagem à excelsa padroeira municipal, Nossa Senhora da Conceição.

1892 – O nome Maués é oficializado por Lei Estadual n.º 35 ao município e sua sede administrativa em homenagem à valente nação indígena dos Mawés.

1895 – Cria-se a Comarca de Maués.

1896 – A antiga vila da Conceição de Maués é elevada à categoria de “Cidade de Maués”.

1905 – A pesquisa do Dr. Luiz Pereira Barreto possibilita a fabricação do 1.º refrigerante de guaraná com os frutos colhidos e torrados em Maués.

1918 – A matriz paroquial do município, estando para desabar, é inteiramente reformada pelo coronel Tito Leão.

1924 – Ocorre na região do rio Arary a famosa “Revolta do Arary”.

1938 – É construída a 1.ª escola do município – Santina Filizola.

1947 – O coronel José Batista Michiles é eleito 1.º prefeito municipal de Maués, com o voto popular.

1954 – É inaugurado o Colégio São Pedro.

1957 – É instalada no município a agência do Banco da Amazônia S.A.

1963 – É instalada a fábrica de extração do extrato do guaraná da empresa Antártica Paulista, Ambev.

1967 – É inaugurada a nova Usina Termelétrica do município.

1973 – Roseana Leite Almeida, de Maués, é eleita Miss Amazonas, versão 73.

1974 – O governador do Estado, Dr. João Walter de Andrade e o prefeito Theodomiro Muniz inauguram o Hospital da Sesau, a Unidade Mista de Maués.

1979 – O prefeito Carlos Esteves cria a Festa do Guaraná de Maués.

1980 – É instalada a 1.º estação de rádio de Maués, a rádio Guaranópolis AM.

1988 – A festa do guaraná não foi realizada por falta de recursos por parte do Governo do Estado.

1991 – É reconstruído e inaugurado o novo estádio municipal Manoel Baraúna Filho.

1992 – Revolta e pancadaria nas eleições municipais: cabos eleitorais dos grupos Esteves e Michiles fazem da orla portuária da cidade palco de guerra.

1995 – O prefeito Sidney Leite cria sua política de eventos e possibilita a transmissão via satélite da Festa do Guaraná de Maués.

1996 – A 25 de junho é inaugurado o novo prédio da Câmara Municipal de Maués, construído pelo presidente, vereador Alfredo Moreira de Almeida.


1998 – Estudantes e professores do município promovem manifestação, reivindicando um “Campus Universitários da Ufam para Maués”.

2000 – O Fórum de Justiça da comarca é incendiado, policiais militares e de Choque invadem residências e espancam cruelmente a população civil inocente do município.

2001 – Prefeitura exclui grupos culturais da 22.ª Festa do Guaraná de Maués.

2003 – Agência do Banco do Brasil de Maués é assaltada e policial civil é assassinado na praça da Matriz.

2004 – No dia 16 de julho os romeiros da folia do Divino Espírito Santo, de Maués, irmandade religiosa criada em 1903, foram barrados e




discriminados juntamente com a coroa real do Divino, pela coordenação da festa de “Nossa Senhora do Carmo, de Parintins”.

O coordenador da folia, Sr. Esmael Pinheiro, lamentou tamanho desrespeito com a imagem do Divino, que antes da procissão de encerramento daquela festa, foi abandonada dentro de uma caixa de entulhos, na sacristia da catedral de Parintins. Os vinte e cinco foliões na maioria idosos, que acompanharam o Divino até Parintins, ficaram profundamente revoltados e muitos se derramaram em prantos, diante daquele triste constrangimento.

Referências básicas

- CERQUA, D. Arcângelo. *Clarões de Fé no Médio Amazonas* (Jubileu de Prata da Prelazia de Parintins). Parintins, 1980.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia (1550-1800), Tudo é História*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. Comissão de Estudos da Igreja na América Latina – Cehila. *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- BITTENCOURTH, Agnell. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus, edição fac-similada, 1925.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. *Diccionario Topographico, Histórico Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Recife: Tipographia Commercial de Meira Enriques, 1852.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Coleção Amazônica: José Veríssimo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.
- MELLO, Octaviano. *Topônimos Amazonenses*. Manaus: Edições do Governo do Estado, série Torquato Tapajós, vol. XIII, 1967.
- PEREIRA, Nunes. *Índios Maués*. Rio de Janeiro: Editora Simões, 1954.
- REIS, Arthur C. F. *Manáos e outras Villas*. Manaus: Edições do Governo do Estado, 1934.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Apostila. *História do Amazonas III*. Manaus, 2002.
- MOREIRA, Carlos Neto. *Índios da Amazônia da Maioria à Minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro; Petrópolis, 1988.
- RAMOS, D. Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica do Pará*. Belém: Gráfica Falangola, 1985.
- SOUSA, Cônego Bernardino de. *Lembranças do Vale Amazonas*. Pará, 7 de outubro de 1873.
- AMAZONAS, Secretaria de Estado da Educação. *Maués. Estudos Sociais*. 2.^a Serie. Manaus: Seduc, 1993.
- BITTENCOURT, Antônio C. F. *Memórias do município de Parintins*. 2.^a ed., fac-similado. Manaus, 1924.
- NERY, Paulo Pinto. *Álbum Histórico e Geográfico dos Municípios do Estado do Amazonas*. Manaus: Edições do Governo do Estado, 1983.



PESSOA, Epiácio. *A Fronteira Oriental do Amazonas*. 2.^a ed. (Biblioteca da Faculdade de História da Universidade Federal do Amazonas). Manaus: Edições do Governo do Estado, 2001.

BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Bibliografias: Vultos do Passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *História da Cultura Amazonense*. Vol. I. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1977.

Complementar

Diários Oficiais do Estado do Amazonas. Manaus, 1895-1896.

Relatos orais do padre João Andena (Pime), vigário de Maués, 1966-1986. Parintins, fevereiro de 2004.

Relatos do ex-prefeito de Maués, Carlos José Esteves. A criação da Festa do Guaraná. Maués, outubro de 2003.

Arquivos da Câmara Municipal de Maués. Pesquisa de Eleni Góes, 1989-1992.

Diocese de Parintins. Arquivos do jornal *Novo Horizonte*, maio de 1996.

Arquivos da Prefeitura Municipal de Maués. *Livro de Leis Municipais*, 1989-1993.

Empresa Amazonense de Turismo. *Revista da 1.ª Festa do Guaraná de Maués*. Manaus, novembro de 1979.

Arquivos do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Maués (Saae), fevereiro de 2004.

Revista *Expressão*, Anos IV-XI, Festa do Guaraná de Maués, fevereiro de 1990.

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Amazonas. *Relatório Preliminar*. Maués, cidade sitiada. Manaus, dezembro de 2000.

Relatos do jornal *A Crítica*. Manaus, outubro de 2000.

Relatos do jornal *Amazonas em Tempo*. Manaus, outubro de 2000.

Relatos do jornal *A Crítica*. Manaus, sábado, 7 de outubro de 2000, Tumulto em Maués, p. A-3 (Polícia).

Arquivo da Câmara Municipal de Maués. *Leis Municipais*, 2001.

Relatos orais do ex-vereador Antônio Pimenta da Silva, Maués, 2003.



Este livro foi composto pela Gráfica Ziló LTDA para Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, em Minion/kalinga no corpo 11/20 pro e impresso sobre papel offset 90g/m² em abril de 2012.

A chegada dos missionários e jesuítas na Região Amazônica iniciou no século 16, podendo ser dividida em três fases; a primeira e conceituada pelas tentativas de implantação de um sistema de missões no Estado do Maranhão e a Amazônia. A segunda foi marcada pela influência política e ideológica do pe. Antônio Vieira. E finalmente a terceira, "bem mais longa e tranquila, ocorre entre a volta ao Maranhão, e o processo final de expulsão dos missionários em 1759" (Hornaert 1993, p. 68).

Na viagem de regresso de 1640, na viagem de regresso a Quito do capitão-mor Pedro Teixeira, vieram os jesuítas espanhóis Cristobal de Acuña e André Artieda. Ao passar pela região de Tupinambarana (incluída na área geopolítica da mundurucânia), Acuña faz um importante registro sobre a existência dos valentes Tupinambás na referida Ilha.

"A Ilha Tupinambarana estava povoada pelos valentes Tupinambás"... Acuña em 1641 (CF. *História. Geografia*, Freire, 2000).

Entre os Tupis que viviam na Ilha e nos tributários do rio Amazonas, como o Maués-Açu e outros. Havia grupos étnicos autônomos entre eles: os Mawés, Mundurucus, Parintintin, Sapopés, Muras e outros que viviam em estado de natureza.

No entanto, o grande sonho português era ampliar pela parte do norte as fronteiras da América Portuguesa, "e os principais instrumentos desse expansionismo seriam os missionários, sendo a ocupação real através da fundação de missões" (Hornaert, 1993, p. 140).

Consequentemente com essa expansão foi possível a fundação de 6 aldeias missionárias na região da mundurucânia, como: Maguases (Maués), Tupinambarana, Andirazes, Curiatós, Abacaxis e Irurires. Segundo Serafim Leite, "os jesuítas Manuel Pires e Manuel Souza foram os primeiros a ocupar nossa região em 1660" (Cerqua, 1980, p. 21).

A missão de Maguases (atual Maués), foi estabelecida na foz do rio Magués, aldeia de índios Maragueses etimologicamente os atuais Mawés. Conforme relato do pe. João Andena, "os jesuítas construíram uma capela de palha na beira do rio, onde atualmente está construída a agência do Banco Bradesco, na avenida Dr. Pereira Barreto".

Mas o referido núcleo missionário jesuíta não era residência missionária permanente, "os padres residiam mais nas missões de Tupinambarana e Abacaxis, visitando Maguases algumas vezes" (Cerqua, 1980, p. 210).

M

Memórias do Município de Maués é um pequeno esboço retirado da pesquisa feita pelo professor Alcinei Pimentel Carneiro, que se prolongou de 1994 a 2004. Aborda os principais acontecimentos ocorridos em Maués entre o século 17 ao 20, como a chegada dos jesuítas e a fundação de Maguases, a Decadência da Missão, a Fundação de Luséa, a Criação da Paróquia e do Município, bem como: Maués e a República, A Criação da Festa do Guaraná, Os Acontecimentos de 5 de outubro de 2000, enfim, uma síntese dos fatos que marcaram época na terra do Guaraná.

ISBN 85-65409-11-2



Secretaria de
Estado de Cultura



TRABALHANDO PARA
CRIAR OPORTUNIDADES



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA